



RELATÓRIO
& CONTAS
GALP ENERGIA
1º SEMESTRE
2007

ÍNDICE

01. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	3
02. PRINCIPAIS INDICADORES	4
03. MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO	5
04. ÓRGÃOS SOCIAIS	7
05. ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO	8
5.1. Exploração & Produção	8
5.2. Refinação & Distribuição	12
5.3. Gas & Power	16
06. ANÁLISE FINANCEIRA	20
6.1. Envolvente de mercado	20
6.2. <i>Performance</i> económica	22
6.3. <i>Performance</i> financeira	24
6.4. Investimento	25
07. ACÇÃO GALP ENERGIA	26
08. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS	26
8.1. Participações qualificadas	26
8.2. Posição accionista dos membros dos Órgãos Sociais	27
09. ANEXOS	29
9.1. Bases de apresentação de informação	30
9.2. Contas Consolidadas	31
9.3. Relatório de revisão limitada	65

01. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

A Galp Energia é a empresa portuguesa líder no mercado de produtos petrolíferos e no mercado de gás natural em Portugal. Além do mercado português, a Galp Energia

está também presente em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Brasil.



A actividade da Galp Energia cinge-se a três segmentos de negócio:

	EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO	REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO	GAS & POWER
Actividade	Prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.	Aprovisionamento de matérias-primas como o crude e produtos em vias de fabrico e sua transformação em produtos e respectiva colocação no mercado.	Aprovisionamento, comercialização e distribuição de gás natural e produção de energia eléctrica e térmica.
Principais activos	<ul style="list-style-type: none"> • 54 blocos no Brasil; • 5 blocos em Angola; • 7 blocos em Portugal; • 1 bloco em Moçambique; • 5 blocos em Timor-Leste; • Reservas de 50 milhões barris crude. 	<ul style="list-style-type: none"> • Refinaria do Porto (90.000 bbl/dia); • Refinaria de Sines (220.000 bbl/dia); • 1.042 estações de serviço; • 208 lojas <i>non fuel</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de gás natural em Portugal; • Cerca de 808 mil clientes; • 9.188 Km de rede de distribuição de gás natural.
Principais indicadores 1.º Semestre 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 17,1 kbb/dia; • Vendas de crude de 1,9 milhões de bbl. 	<ul style="list-style-type: none"> • 7,1 milhões de toneladas de matéria-prima tratada; • Vendas de produtos refinados de 8,0 milhões de toneladas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vendas de gás natural de 2,5 mil milhões de m³; • 781 GWh de energia gerada.

02. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS

	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Produção média <i>working</i> (Kbbl/dia)	5,9	17,1	191,3
Produção média <i>equity</i> (kbbbl/dia)	4,2	13,8	227,7
Vendas de crude (milhões bbl)	-	1,9	s.s.
Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	5,2	6,6	25,5
Vendas de produtos refinados (milhões ton)	8,0	8,0	(0,2)
Estações de serviço Ibéricas	1.043	1.042	(0,1)
Vendas de gás natural (milhões m³)	2.223	2.466	10,9
Clientes de gás natural ('000)	761,8	807,5	6,0
Energia gerada (GWh)	777	781	0,5
Empregados <i>on site</i>	5.949	5.864	(1,4)
Empregados <i>off site</i>	3.681	3.549	(3,6)

RÁCIOS¹

	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Margem EBITDA	8%	10%	2,2 p.p.
<i>Debt to equity</i>	39%	42%	2,8 p.p.
<i>Gearing</i>	27%	28%	1,0 p.p.
Capitalização bolsista a 30.06.2007 (M€)	-	8.251	-
Cotação a 30.06.2007 (€)	-	9,95	-
Evolução da cotação	-	43%	-

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS¹

	MILHÕES DE EUROS		
	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Volume de negócios	6.054	5.890	(2,7)
EBITDA - IFRS	615	627	2,0
EBITDA	404	481	19,2
Resultado operacional - IFRS	475	498	4,8
Resultado operacional	264	360	36,4
Do qual:			
Exploração & Produção	2	56	s.s.
Refinação & Distribuição	123	191	55,3
Gas & Power	137	109	(20,0)
Resultados de associadas	19	31	59,4
Resultado líquido - IFRS	354	401	13,4
Resultado líquido	167	285	71,0
Activo líquido	6.268	5.446	(13,1)
Capital próprio	2.515	2.186	(13,1)
Dívida líquida	985	918	(6,8)
Capital empregue médio	3.477	2.939	(15,5)
Investimento	121	162	34,1

¹ À excepção dos resultados assinalados com IFRS, os resultados apresentados excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não recorrentes.

03. MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO



Manuel Ferreira De Oliveira
Vice-presidente do Conselho de Administração
Presidente Executivo
Galp Energia

Fruto de uma responsabilidade crescente com os seus *stakeholders*, nomeadamente colaboradores, accionistas, investidores, fornecedores e principalmente os seus clientes, a Galp Energia publica, pela primeira vez, um relatório de gestão referente à actividade semestral.

Neste primeiro semestre de 2007, a Galp Energia obteve um resultado líquido ajustado de 285 milhões de euros, representando um incremento de 71% face ao valor obtido em igual período em 2006. Este resultado deixa-me extremamente satisfeito, pois traduz um maior contributo de todas as áreas de negócio, considerando o conjunto de actividades actuais, bem como a melhoria dos resultados financeiros e uma maior contribuição das nossas associadas.

Na área de Exploração & Produção, o resultado operacional ajustado foi de 56 milhões de euros e a produção *working* atingiu uma média de 17,1 kbbl / dia, cerca de duas vezes superior ao valor verificado em 2006.

Para além da actividade crescente de produção o primeiro semestre de 2007 confirmou o enorme potencial do *portfolio* da Galp Energia. Em Angola, foram anunciadas seis descobertas

comerciais. No Bloco 14 anunciámos uma descoberta significativa designada por Lucapa - 1, para a qual, face aos resultados obtidos, foi solicitada a designação de área de desenvolvimento. No Bloco 32, foram anunciadas cinco descobertas comerciais, Salsa - 1, Manjerição - 1, Caril - 1, Cominhos - 1 e Louro - 1, que confirmaram as boas expectativas que temos sobre o desenvolvimento deste Bloco.

O potencial do nosso *portfolio* no Brasil ficou claramente identificado após o anúncio relativo ao Bloco BM-S-11 na Bacia de Santos, nomeadamente os resultados da descoberta Tupi, anunciada em Outubro de 2006, com uma estimativa de *oil in place* entre 1,7 e 10 mil milhões de barris. Também no Brasil, iniciámos a campanha de perfuração nos blocos *onshore*, localizados na Bacia de Potiguar, nos quais tivemos dois resultados positivos que se encontram em fase de avaliação.

Adicionalmente, a Galp Energia firmou novos contratos com o Estado Português e com a ENI, o que veio permitir adicionar 13 blocos ao nosso *portfolio*.

Entre Fevereiro e Maio, assinámos três importantes contratos que nos permitiram consolidar a nossa presença em projectos de Exploração e Produção. Em Fevereiro, o consórcio em que participamos com a Tullow Oil e a Partex assinou três contratos de concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção na Costa Alentejana. No mês de Abril, a Galp Energia acordou com a ENI a entrada com 10% nos projectos liderados por esta empresa em Timor e Moçambique, cinco e um blocos, respectivamente. No mês seguinte, a Galp Energia, integrada num consórcio com a Petrobras e a Partex, firmou com o Estado Português quatro contratos de concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção em quatro blocos na Bacia Lusitaniana.

A actividade de Refinação & Distribuição apresentou neste semestre um resultado operacional ajustado de 191 milhões de euros, 55% acima do valor de 2006. Este resultado é fruto de uma melhoria ao nível da margem de refinação, dada a envolvente internacional, ainda que penalizada pelo efeito negativo de um menor volume de matérias-primas processadas.

É importante realçar que este semestre foi marcado pela tomada de decisões estratégicas fundamentais para a Galp Energia, nomeadamente no seu aparelho refinador. A Empresa decidiu avançar com um conjunto de investimentos estruturantes, como o projecto de conversão que visa adaptar a produção das refinarias de Matosinhos e Sines às necessidades do mercado. Este projecto, cujo arranque é esperado em 2011, visa aumentar a produção de diesel em cerca de 2,5 milhões de toneladas e diminuir a produção de fuel, em linha com a actual tendência de consumo.

Também nesta área, a Galp Energia anunciou a sua intenção de se tornar num *player* relevante no sector dos biocombustíveis, nomeadamente na produção de biodiesel de segunda geração, obtido por hidrogenação catalítica e isomerização de óleos vegetais, através da construção de duas unidades nas suas refinarias. Para atingirmos o objectivo a que nos propomos, pretendemos ter uma actividade integrada verticalmente que permita assegurar o *supply* recorrente de óleos vegetais de uma forma económica e sustentável.

Na distribuição de produtos petrolíferos, o primeiro semestre ficou marcado pelo lançamento de mais um produto *premium*, a Gasolina Gforce 95, colocando a Galp Energia na linha da frente em termos de inovação e tornando-nos na primeira petrolífera a disponibilizar, em Portugal, uma gama completa de produtos de elevada *performance*.

No Gas & Power, o resultado operacional ajustado foi de 109 milhões de euros, num semestre em que as vendas de gás natural aumentaram cerca de 10% face a 2006, num universo de mais de 808 mil clientes, e no qual já não desempenhámos as actividades entretanto alienadas à REN, por isso os resultados entre os dois anos não são comparáveis.

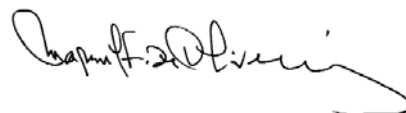
Neste semestre continuámos a preparação para a nova fase do mercado do gás natural: a abertura a outros *players* que muito desejamos se torne uma realidade em Portugal, a partir de 2008. Atendendo à lógica ibérica da nossa actividade, iniciámos o processo legal de obtenção da licença de comercialização de gás natural para o mercado espanhol, um mercado com uma dimensão dez vezes superior ao português e já totalmente liberalizado, onde esperamos vir a ter bons resultados considerando a qualidade dos nossos contratos de aprovisionamento e a nossa longa presença em Espanha.

A actividade no Power centrou-se fundamentalmente no desenvolvimento dos projectos em curso. No projecto eólico, cerca de 400 MW, passámos à *short list* e esperamos que o projecto se possa iniciar durante o segundo semestre deste ano, continuámos todos os estudos necessários para a obtenção da licença para a construção da central de ciclo combinado em Sines e tomámos a decisão de avançar com a construção de uma central de cogeração de 82 MW na refinaria de Matosinhos, que irá permitir uma redução superior a 50% das emissões de SO₂ daquela refinaria.

A concretização do plano de negócios da Galp Energia decorre assim em bom ritmo, com todos os projectos definidos como estratégicos, há cerca de um ano, já em fase de execução, o que me deixa bastante satisfeito dada a complexidade dos projectos em causa. Estes resultados levam a que tenhamos que aumentar o nosso nível de exigência e por isso definimos uma nova ambição para a Galp Energia, no sentido de a tornar numa empresa de referência nos mercados onde opera.

As acções da Galp Energia estão em negociação no Euronext Lisbon desde 23 de Outubro de 2006, entendo que é nosso dever assegurar o máximo de transparência com o mercado de capitais de forma a que a percepção da actividade presente e futura da Galp Energia seja clara.

Gostaria de deixar uma palavra de agradecimento aos colaboradores da Galp Energia porque estes resultados só foram possíveis com o seu empenho e dedicação e também aos accionistas da Galp Energia pela manifestação de confiança que demonstram na equipa da qual me orgulho de pertencer.



04. ÓRGÃOS SOCIAIS



Comissão Executiva

Da esquerda para a direita (atrás): André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro, Massimo Giuseppe Rivara, João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito, Fernando Manuel dos Santos Gomes. Da esquerda para a direita (à frente): Giancarlo Rossi, Manuel Ferreira De Oliveira, José António Marques Gonçalves.

A 30 de Junho de 2007, a composição dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., para o mandato em curso, 2005-2007, era a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidentes:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Eng. Camillo Glória

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Taraborrelli

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castellino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

Comissão Executiva

Presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidentes:

Eng. Giancarlo Rossi

Eng. José António Marques Gonçalves

Vogais:

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Conselho Fiscal

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira

Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor Oficial de Contas

Efectivo:

Deloitte & Associados, SROC S.A., com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º - 1050-094 Lisboa, inscrita na OROC com o n.º 43 e inscrita na CMVM com o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992;

Suplente:

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

Vice-presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Dr. Carlos Manuel Baptista Lobo

Secretário da Sociedade

Efectivo:

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

Comissão de Vencimentos

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos representada pelo Dr. António Maldonado Gonelha

Vogais:

ENI S.p.A.

representada pelo Dr. Giancarlo Cepollaro

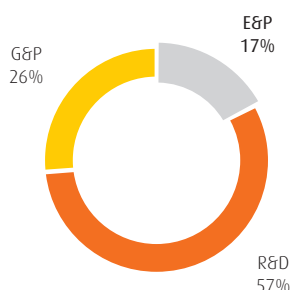
Amorim Energia, B.V.

representada pelo Comendador Américo Amorim.

05. ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

5.1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

PESO DO SEGMENTO DE NEGÓCIO (EBITDA ajustado)



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Novas descobertas nos blocos 14 e 32 em Angola;
- Confirmação da importante descoberta no Bloco BM-S-11 (Tupi) e início do poço de avaliação Tupi Sul, a 10 quilómetros da descoberta inicial;
- Acordo com o Estado Português para exploração de petróleo na costa Alentejana e na Bacia Lusitaniana, num total de sete blocos;
- Acordo com a ENI para a exploração de cinco blocos em Timor Leste e um em Moçambique.

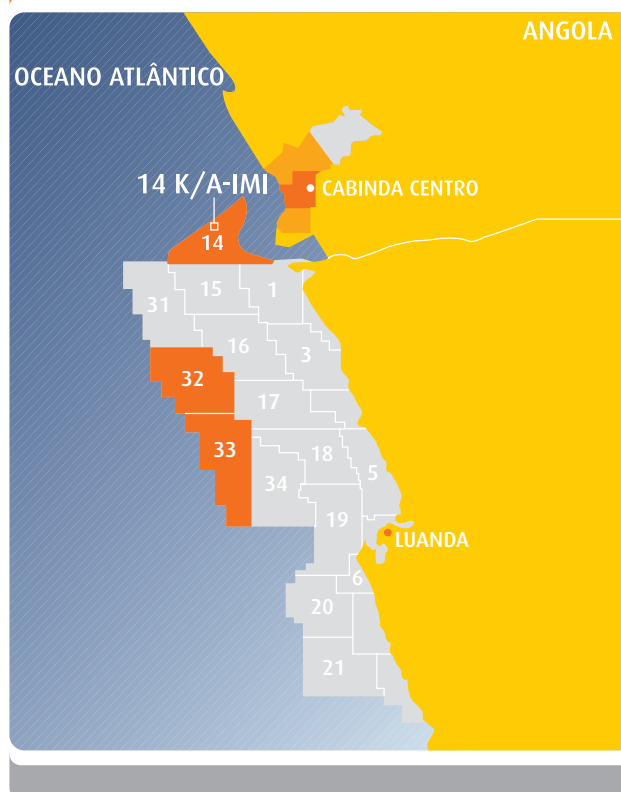
Actividade desenvolvida

Angola

No seguimento da conclusão de um novo poço de exploração, Lucapa-1, que revela uma nova descoberta significativa de petróleo, foi submetida às autoridades angolanas, a respectiva proposta de designação da área de desenvolvimento.

No campo de Kuito iniciaram-se os estudos sobre a gestão do projecto post-2009, cujo principal objectivo é identificar a melhor solução para o desenvolvimento deste campo, após o final do contrato do *Floating Production Storage and Offloading* ("FPSO") que ocorrerá nesse ano.

PORTFOLIO DE E&P EM ANGOLA



No campo Benguela-Belize-Lobito-Tomboco ("BBLT"), a execução dos poços de desenvolvimento decorreu conforme o previsto. Realizaram-se os trabalhos técnicos de optimização nas instalações de processamento de óleo leve, de forma a poder exceder a capacidade nominal inicial, que incidiram, entre outros aspectos, no equipamento de perfuração.

A fase de *Engineering, Procurement, Construction and Installation* ("EPCI") do projecto de desenvolvimento de Tombua-Landana ("TL"), que envolve a fabricação de estruturas e equipamentos em simultâneo em várias partes do mundo, continuou a decorrer conforme o planeado.

PARTICIPAÇÕES GALP EM ANGOLA

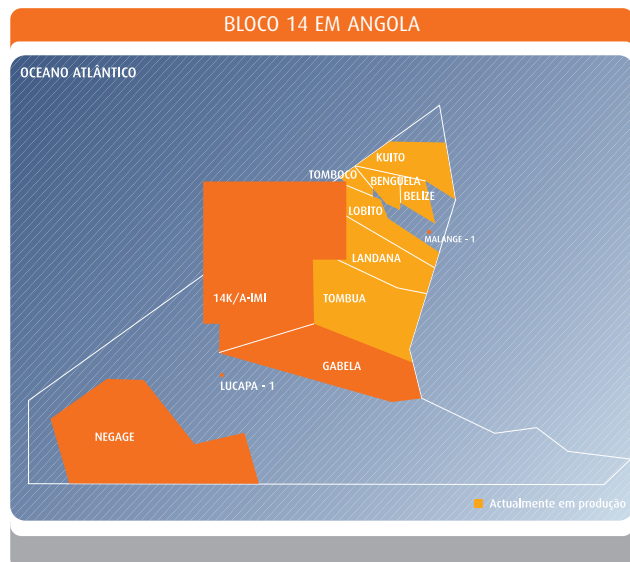
BLOCO	PARTICIPAÇÃO GALP	OPERADOR
Bloco 14	9,0%	Chevron
Bloco 32	5,0%	Total
Bloco 14 K/A - IMI	4,5%	Chevron
Cabinda Centro	20,0%	Devon
Bloco 33	5,0%	Exxon
Bloco 1	10,0%	Eni

O projecto de Negage prosseguiu com os estudos de viabilidade de *tie-back* a um bloco adjacente, tendo-se concluído que a solução de desenvolvimento deverá passar por uma solução autónoma com recurso a FPSO, com potencial recurso a desenvolvimento faseado.

O projecto de Gabela prosseguiu com a integração da informação obtida no poço Gabela-2A realizado no final de 2006, assim como a continuação dos estudos de viabilidade.

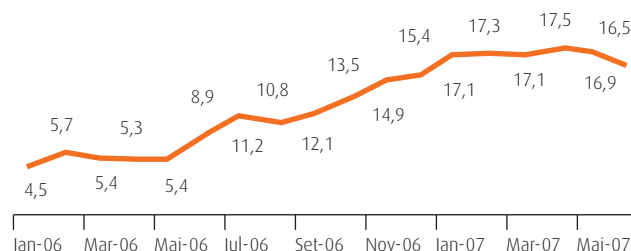
Ao nível da produção do Kuito, os testes realizados com *Drag Reducing Agents* ("DRA"), ou agentes redutores de fricção, provaram ser benéficos para a produção do campo, pelo que a sua aplicação será alargada a todos os poços activos deste campo.

No campo BBLT os trabalhos técnicos de optimização realizados nas instalações de processamento permitiram processar volumes de óleo leve acima da capacidade nominal inicialmente estabelecida, o que veio a provocar um nível de produção acima da inicialmente prevista.



A produção do poço Landana Norte, do campo TL, ficou um pouco abaixo das expectativas devido essencialmente ao atraso na execução de um poço injector.

BLOCO 14 - PRODUÇÃO *WORKING* kbbbl/dia



O Bloco 14 obteve, no primeiro semestre de 2007, uma produção *working* de 17,1 mil barris por dia, que superou largamente o ano anterior, em que a produção se situava nos 5,9 mil barris por dia. O campo BBLT foi o grande responsável pelo aumento da produção, com uma contribuição para a produção *working* de 13,7 mil barris por dia, cerca de 80%.

No Bloco 32, apesar do período exploratório estabelecido com as autoridades de Angola ter terminado a 31 de Março de 2007, as actividades de exploração prolongaram-se durante todo o primeiro semestre, tendo sido realizados sete poços de pesquisa que vieram a revelar cinco novas descobertas de petróleo promissoras.

No que respeita à superfície ainda não explorada deste Bloco, prosseguiu o levantamento sísmico *Long Offset* ("LO") e aguarda-se a confirmação da atribuição oficial de um período exploratório extraordinário de mais dois anos, durante o qual se prevê complementar o programa de pesquisa. Adicionalmente, foi dada continuidade aos estudos técnicos de viabilidade das descobertas já realizadas, com principal destaque para a integração da descoberta Louro no futuro pólo de desenvolvimento.

No Bloco Cabinda Centro, a Devon, operador do bloco, anunciou a sua intenção de abandonar as operações em Angola. Na sequência deste anúncio a concessionária Sonangol decidiu suspender o *Production Sharing Agreement* ("PSA") deste bloco, encontrando-se neste momento a estudar a solução a aplicar.

No Bloco 14K, conforme definido no *Conceptual Development Plan* ("CDP") submetido ao *Interstate Committee* ("ISC"), prosseguiu o programa de trabalhos, tendo sido realizado o poço de pré-desenvolvimento KX-4 que permitiu avaliar o potencial dos reservatórios contíguos à área de Landana Oeste localizada no Bloco 14. A arquitectura fiscal do projecto, resultado de um acordo entre os parceiros envolvidos, foi submetida ao ISC para aprovação.

As actividades operacionais no Bloco 33 – PDA Calúlu estiveram suspensas enquanto se aguarda o acordo formal da concessionária para a substituição do operador e aprovação de um programa de avaliação da descoberta de Calúlu.

No Bloco 1/82 prosseguiram os trabalhos de contratação de empresas para executar a remoção da estrutura de produção e linhas de tubagens assentes no fundo do mar.

Brasil

PARTICIPAÇÕES GALP ONSHORE NO BRASIL		
BACIAS	PARTICIPAÇÃO GALP	OPERADOR
Bacia de Espírito Santo		
5 Blocos	50,0%	Galp Energia
7 Blocos	50,0%	Petrobras
Bacia de Potiguar		
20 Blocos	50,0%	Galp Energia
8 Blocos	50,0%	Petrobras
Bacia de Sergipe/Alagoas		
4 Blocos	50,0%	Galp Energia

Nos blocos *onshore* operados pela Galp Energia, iniciou-se o programa de sondagens tendo sido concluídos, no primeiro semestre de 2007, três poços em três blocos na Bacia de Potiguar, sendo que dois destes poços deram origem a notificações de descoberta de hidrocarbonetos. Estão a ser preparados programas de avaliação complementar destas descobertas, que devem ser realizados no quarto trimestre do corrente ano. A campanha de perfuração nesta bacia será concluída no segundo semestre de 2007 com a realização de mais sete poços, dos quais quatro nos blocos operados pela Galp Energia e três nos blocos operados pela Petrobras.

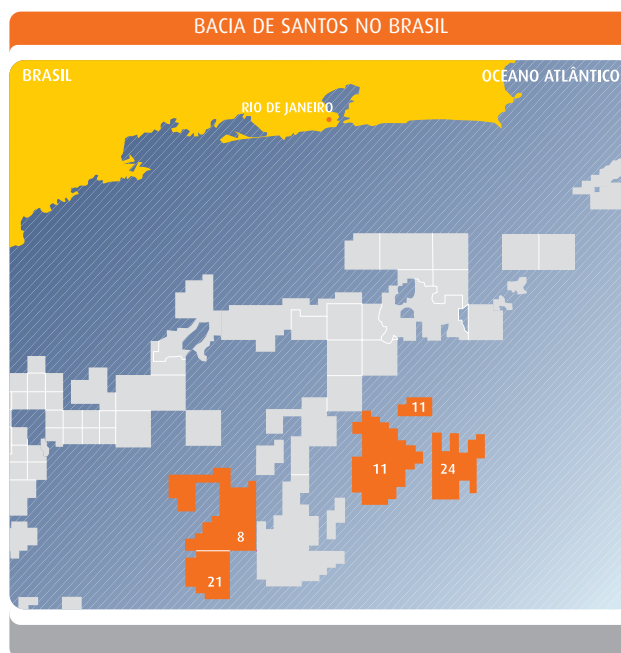
Adicionalmente, concluíram-se os trabalhos de aquisição sísmica dos blocos da sétima rodada localizados nas Bacias de Potiguar e de Sergipe, que se encontram em fase de processamento e cuja interpretação deverá ser realizada no terceiro trimestre de 2007.

Na Bacia de Sergipe Alagoas foram seleccionadas as localizações para perfurar dois poços durante o quarto trimestre deste ano.

Já na Bacia do Espírito Santo, concluídos os trabalhos de processamento sísmico e realizada a respectiva interpretação, foram identificados diversos objectivos que deverão ser verificados por sondagem.

PARTICIPAÇÕES GALP OFFSHORE NO BRASIL		
BACIAS	PARTICIPAÇÃO GALP	OPERADOR
Bacia de Espírito Santo		
1 Bloco	20,0%	Petrobras
Bacia de Potiguar		
5 Blocos	20,0%	Petrobras
Bacia de Santos		
1 Bloco	10,0%	Petrobras
1 Bloco	14,0%	Petrobras
2 Blocos	20,0%	Petrobras

Nos blocos *offshore*, operados pela Petrobras, foi iniciado em Maio no Bloco BM-S-11, na Bacia de Santos, o primeiro poço de avaliação da descoberta realizada em 2006 com o poço Tupi-1. Este poço de avaliação localiza-se a cerca de 10 quilómetros a sul do poço Tupi-1 e deverá estar concluído no terceiro trimestre deste ano. Nos restantes blocos da Bacia de Santos continuaram os trabalhos de preparação dos primeiros poços exploratórios a iniciar no segundo semestre, sujeito à disponibilidade das sondas.



No bloco BM-ES-31, na Bacia de Espírito Santo, foi iniciado o reprocessamento da sísmica 3D, cuja conclusão está prevista para o segundo trimestre de 2008.

Portugal

A Galp Energia participa em dois consórcios que assinaram, com o Governo Português, contratos de prospecção e pesquisa em sete blocos nas águas profundas da Bacia do Alentejo e na denominada Bacia Lusitaniana.

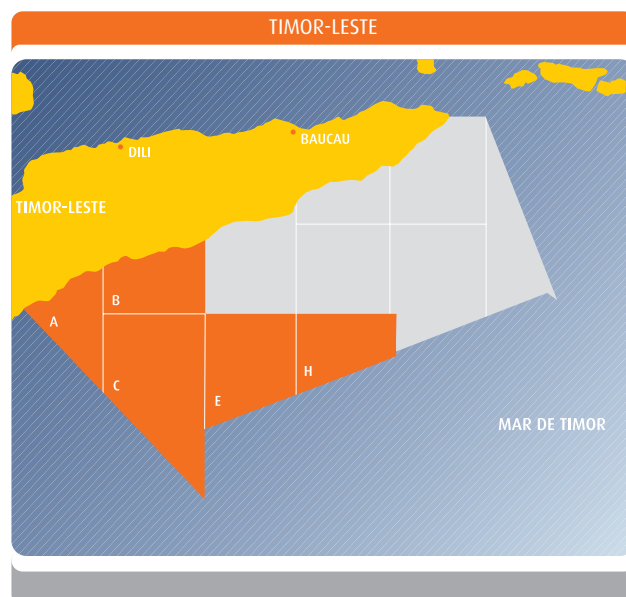


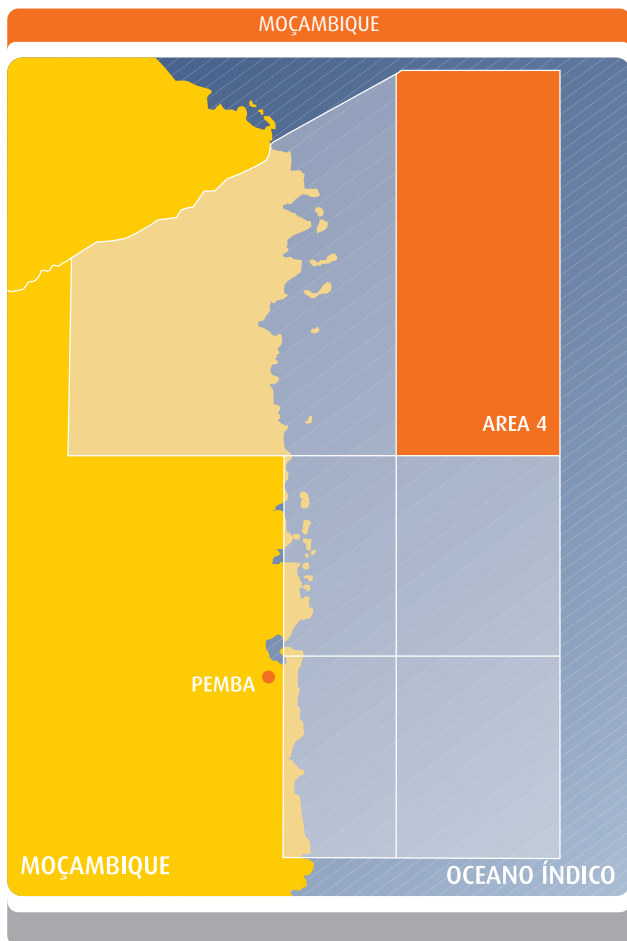
Em Fevereiro, foi assinado o contrato para as três concessões da Bacia do Alentejo, que ocupam uma área de 9.000 quilómetros quadrados. A participação da Galp Energia no consórcio que irá explorar a Bacia do Alentejo é de 10%. A empresa operadora é a Tullow Oil com sede na Irlanda. Este contrato prevê um período de exploração de oito anos, durante o qual se procederá à aquisição de sísmica, respectivo processamento e interpretação, e à perfuração exploratória. O contrato contempla também um período de produção de 30 anos.

Os contratos para os quatro blocos da Bacia Lusitaniana foram assinados em Maio. Esta bacia, que se estende por uma área de mais de 12.000 quilómetros quadrados, fica localizada ao largo de Peniche. A participação da Galp Energia é de 30%, sendo a Petrobras a empresa responsável pela operação dos blocos. Estes contratos determinam igualmente um período de exploração de oito anos e um período de produção de 30 anos.

Timor-Leste e Moçambique

A Galp Energia assinou com a ENI contratos para a entrada no capital dos consórcios, com uma participação de 10%, que irão realizar programas de prospecção e pesquisa em cinco blocos nas águas territoriais de Timor-Leste e num bloco nas águas profundas da Bacia do Rovuma, em Moçambique.



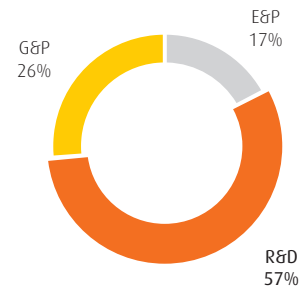


Os cinco blocos de Timor-Leste são operados pela ENI e ocupam uma área total de 12.100 quilómetros quadrados. O contrato para estes blocos prevê um período de exploração de três anos, com a possibilidade de prolongamento por mais quatro, e um período de produção de 25 anos. No período de exploração está já prevista a aquisição de 3.150 quilómetros quadrados de sísmica 2D, 8.404 quilómetros quadrados de sísmica 3D e a perfuração de dois poços de exploração durante os primeiros três anos.

Em Moçambique as condições prevêem um período de exploração de quatro anos, prorrogável pelo mesmo período de tempo, e um período de produção de 30 anos. Está também prevista a aquisição de 2.000 quilómetros quadrados de sísmica 2D e 1.000 quilómetros quadrados de sísmica 3D. A ENI é a empresa responsável pela operação deste bloco, que ocupa uma área superior a 17.000 quilómetros quadrados.

5.2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

PESO DO SEGMENTO DE NEGÓCIO (EBITDA ajustado)



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Aprovação do projecto de conversão e selecção das entidades licenciadoras dos principais equipamentos;
- Definição da estratégia para os biocombustíveis;
- Exportações para os EUA aumentaram 8%, essencialmente gasolinas, valorizando o mix de exportação;
- Aumento da penetração de produtos *premium*, com o lançamento de uma nova gasolina Gforce95.

Refinação

Actividade desenvolvida

No decorrer do primeiro semestre de 2007 o projecto de conversão das refinarias avançou de acordo com o planeado, tendo sido elaborados os cadernos de encargos e realizado o concurso para a aquisição das licenças das novas unidades, tal como a iniciação dos respectivos *Basic Design*. Em Sines, foram escolhidas as licenças para o *Hydrocracker* de VGO e para o *Steam Reformer*. No Porto, o licenciamento incidu sobre o *Vacuum*, o *Visbreaker* e a Dessulfuração de Gasóleo.

Em termos de eficiência energética, no que se refere a Sines, avançou, numa primeira fase deste projecto, a selecção de 13 sub-projectos para estudos processuais e de engenharia básica. Numa segunda fase, foram aprovados 11 sub-projectos para avaliação da viabilidade técnica e económica com os contratos de Engenharia, *Procurement*, Construção e Supervisão ("EPCS") a serem adjudicados, sendo que a maioria dos trabalhos serão realizados na próxima paragem geral de Sines prevista para Setembro/Outubro de 2008.

No próximo dia 29 de Setembro será dado início à paragem para manutenção da refinaria do Porto, que se prolongará por um período de 50 dias, podendo este período variar consoante a unidade em causa. Esta paragem tem como principais objectivos aumentar o ciclo de vida dos equipamentos, repor níveis de eficiência perdidos, mudar os catalisadores, inspecionar e substituir equipamentos, preparar interligações para futuros projectos e realizar projectos/alterações que não são possíveis realizar com as unidades em funcionamento.

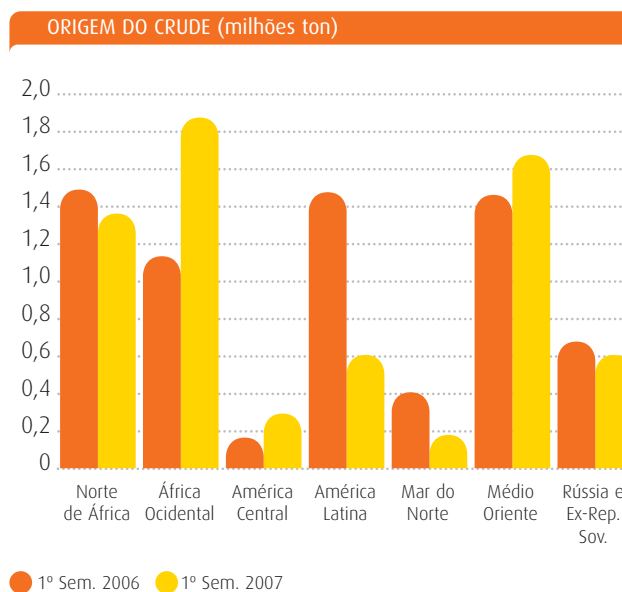
Após o repto lançado pelo Governo Português de incorporação de 10% de biocombustíveis, em Portugal, no ano de 2010, antecipando o objectivo da UE, a Galp Energia pretende investir na produção de biodiesel de segunda geração, através de uma tecnologia inovadora.

Neste contexto, a Galp Energia pretende construir nas suas refinarias duas unidades de produção de biodiesel obtido por hidrogenação catalítica e isomerização de óleos vegetais, biodiesel de 2ª geração, como alternativa à utilização de FAME. De salientar que a Galp Energia tem vindo, desde 2006, a incorporar, no seu gasóleo destinado ao mercado nacional, volumes de biodiesel, na variante FAME, produzidos por produtores nacionais independentes. A incorporação de FAME está, no entanto, limitada a 5%, por razões técnicas, pelo que este procedimento não permite cumprir os objectivos traçados.

À luz desta estratégia a Galp Energia assinou, em Maio, um Memorando de Entendimento para assegurar, pelo menos 50% das suas necessidades de óleos vegetais. O Memorando de Entendimento visa a produção de 600 mil toneladas por ano de óleos vegetais no Brasil e a produção, comercialização e distribuição do biodiesel nos mercados português e/ou europeu.

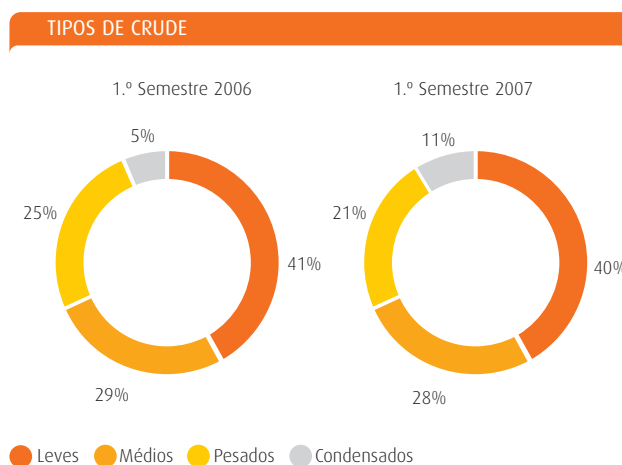
Performance Operacional

No primeiro semestre de 2007 foram tratadas, nas refinarias da Galp Energia, 7,1 milhões de toneladas de matéria-prima, das quais 91% são crude. Em termos totais, registou-se uma quebra de 4%, face ao primeiro semestre do ano anterior, que está relacionada com paragens para manutenções nas refinarias de Sines e Porto. Este efeito teve reflexos ao nível das taxas de utilização do sistema refinador que passaram de 85,5%, no primeiro semestre de 2006, para 82,9%, no mesmo período deste ano.

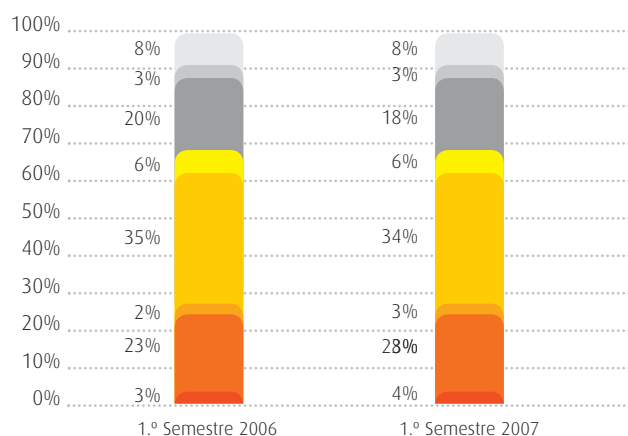


No primeiro semestre de 2007 a importação de crudes teve origem principalmente no Norte de África, África Ocidental e Médio Oriente, tendo estes mercados representado 75% do total.

Os crudes leves tiveram o maior peso no total dos crudes processados, atingindo no primeiro semestre de 2007 um peso de 40%, valor em linha com o observado no período homólogo. Quanto aos crudes pesados, representaram 21% do total processado.



ESTRUTURA DE PRODUÇÃO



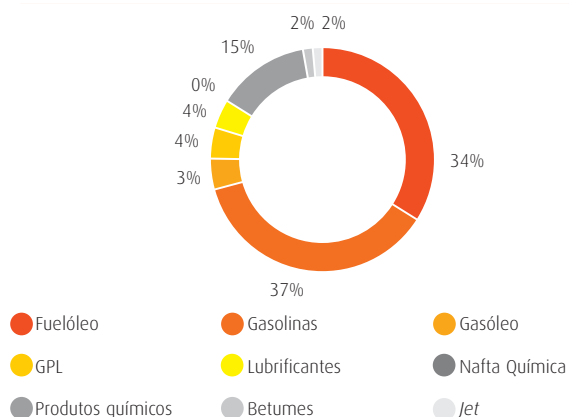
● Gases ● Gasolinas ● Aromáticos ● Gasóleos ● Jets ● Fueis
 ● Outros ● Consumos e Quebras

Na estrutura de produção, os destilados médios e a gasolina continuam a ser os produtos com maior peso, cerca de 63% da produção global, sendo o seu contributo individual de 40% e 23% respectivamente.

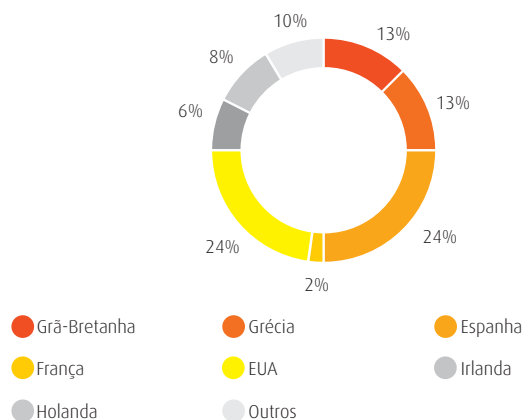
As vendas totais igualaram o ano anterior, cerca de 8 milhões de toneladas, das quais, 58% correspondem a vendas a clientes directos, 16% a exportações e o remanescente a outros operadores.

O aumento de 2% das vendas a clientes directos para os 4,7 milhões de toneladas provocou a redução das exportações em 12%, para 1,3 milhões de toneladas, onde as gasolinas e o fuel continuam a ser os produtos com maior peso com, respectivamente, 37% e 34% do total. Apesar do abrandamento do ritmo das exportações, as exportações para os EUA aumentaram 8%, essencialmente gasolina, o que veio valorizar o mix de exportação.

PERFIL DE EXPORTAÇÕES POR PRODUTO NO 1.º SEMESTRE DE 2007



PERFIL DE EXPORTAÇÕES POR PAÍS DE DESTINO NO 1.º SEMESTRE DE 2007



DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

Actividade Desenvolvida

O primeiro semestre de 2007 ficou marcado, no negócio *fuel*, pelo lançamento da gasolina Gforce 95. O mercado das gasolinas apresentou uma apetência para o aumento da consumo da gasolina 95, constituindo assim uma oportunidade para a Galp Energia introduzir no mercado a primeira gasolina *premium* de 95 octanas a ser lançada em Portugal, reforçando o seu posicionamento em termos de inovação.

A Galp Energia está já a comercializar o Galp Gforce 95 em 210 postos, distribuídos de norte a sul do país e o objectivo de vendas em dois anos aponta para uma penetração de 15% no segmento das gasolinas, ou seja, uma aproximação à média europeia face aos 7% actualmente existentes em Portugal.

Os resultados das vendas ultrapassaram as expectativas iniciais e a Galp Energia pretende alargar até ao final do ano a cobertura deste produto em cerca de 300 postos de abastecimento.

Com o objectivo de incentivar as vendas, trazer novos clientes e reforçar a fidelização dos seus clientes, a Galp Energia lançou a campanha Galpmilhões assente numa ideia original e diferenciadora suportada num jogo com sorteio de Super-Prémios.

De forma a contrariar o declínio do mercado do GPL, criando novos consumos, através de novos produtos e serviços de valor acrescentado aos clientes, a Galp Energia promoveu o desenvolvimento de um novo produto a GPL, denominado por *Cookspot*, um *barbecue* a gás para o exterior. Este produto inovador, com design moderno e mais ecológico que os tradicionais

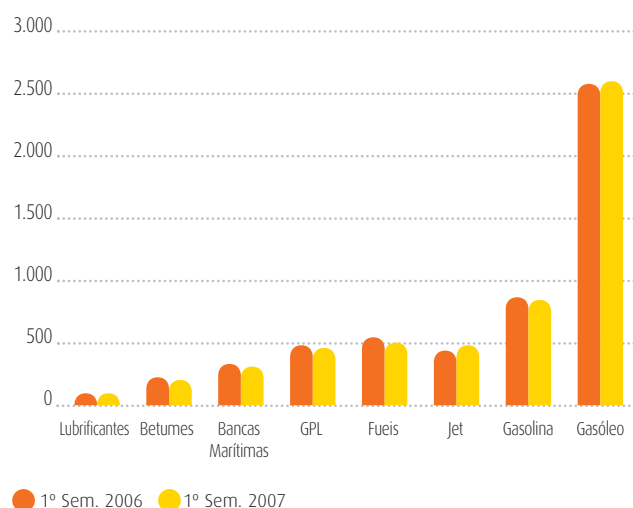
grelhadores a carvão, reforça o posicionamento da Galp Energia em inovação, projectando a empresa como líder na resposta às novas tendências de mercado.

No negócio do *non fuel*, o primeiro semestre avançou com o projecto *Orange*, que tem como finalidade melhorar a rentabilidade do negócio das lojas M24, identificando novas fontes de receitas e novos negócios, bem como otimizar a estrutura de custos através da implementação de medidas de excelência operacional. Os resultados deste projecto traduzir-se-ão numa revisão do *layout* das lojas, de forma a incorporar os novos negócios e potenciar a eficiência operacional.

Performance Operacional

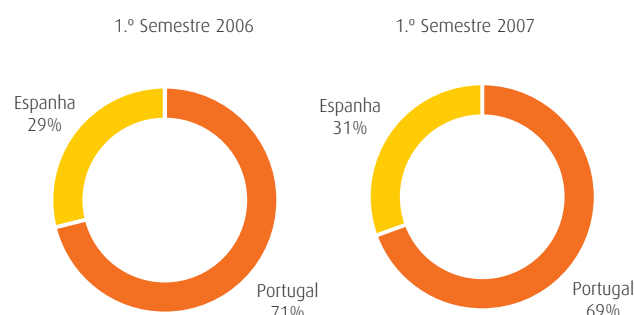
O mercado dos produtos petrolíferos apresentou uma quebra de 2,9%, no primeiro semestre de 2007, com descida em todos os produtos, exceptuando o mercado dos *jets* (+8,2%), dos gasóleos (+0,3%) e dos lubrificantes (+2,2%). As bancas marítimas decresceram 7,6%, os fueis 12,8%, o GPL 5,7%, os betumes 14,1% e as gasolinas 4,8%, com tendência geral para um agravamento num contexto de subidas das cotações do preço do petróleo.

MERCADO DA DISTRIBUIÇÃO OIL PORTUGAL (milhares ton)



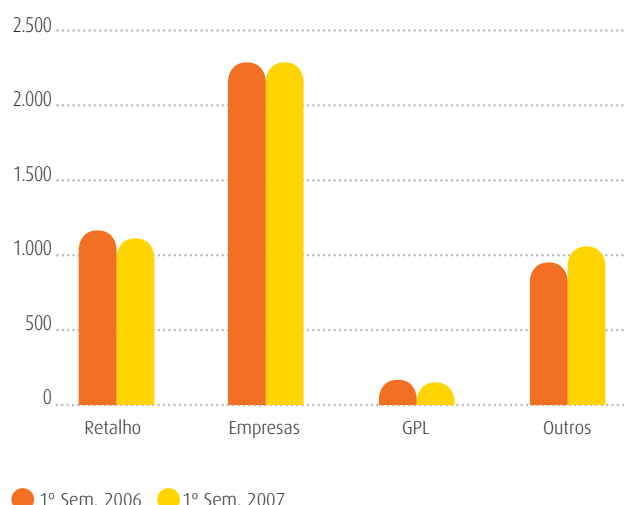
Apesar da diminuição do mercado de produtos petrolíferos, a quota de mercado no subsegmento de Retalho apresenta uma melhoria face ao ano anterior, em resultado do crescimento das vendas de gasóleo em 1,4%. No mercado de distribuição de produtos petrolíferos a Galp Energia manteve a sua posição de liderança em Portugal.

VENDAS POR PAÍS



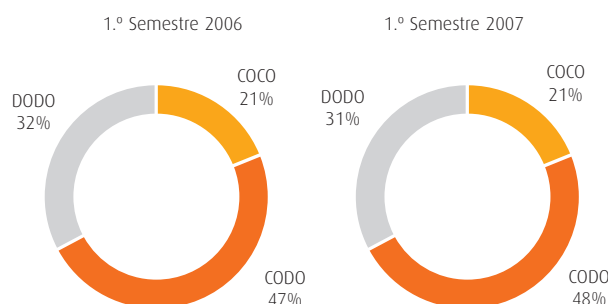
As vendas totais aumentaram 2%, sendo que a descida das vendas em Portugal de 1% foi compensada por um aumento de 9% das vendas em Espanha. Destaque ainda para o facto de as vendas em Espanha representarem já 31% das vendas totais, um aumento de 2 p.p. face ao mesmo período do ano passado, justificado pelo facto do negócio do *Jet* naquele país ter praticamente duplicado. Ao nível dos segmentos, foi o retalho e o GPL que sofreram as maiores quebras nas vendas, com o segmento das empresas a manter-se estável entre os dois períodos em análise. Em termos de produtos, e para o mercado português, a Galp Energia registou um aumento da sua quota de mercado nos fueis, betumes e lubrificantes, aumentando assim a sua presença nestes mercados. As vendas de *Jet* aumentaram 8,2%, mantendo-se assim inalterada a quota de mercado. Quanto ao GPL, a queda nos volumes vendidos foi superior à verificada no mercado, pelo que a quota de mercado teve uma ligeira redução.

VENDAS POR SEGMENTO (milhares ton)



A Galp Energia conseguiu, entre o primeiro semestre de 2006 e 2007, melhorar a cobertura das suas actividades de refinação, ou seja, aumentou as vendas no mercado ibérico, em detrimento das exportações, beneficiando assim de vendas com maior valor acrescentado. Esta cobertura atingiu os 65% no primeiro semestre de 2007, face a 62% no período homólogo.

ESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE OPERAÇÃO

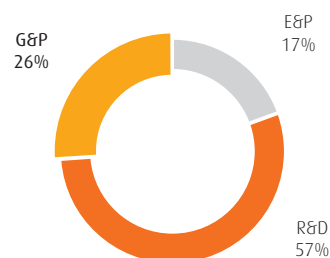


No final do primeiro semestre de 2007, a Galp Energia contava com 1.042 estações de serviço, o que significa uma redução de uma estação face ao primeiro semestre de 2006. Em termos de modelo de operação, as estações de serviço da Galp Energia são maioritariamente CODO's, ou seja, *Company Owned Dealer Operated*, representando 48% do total, não havendo nenhuma alteração significativa entre os dois períodos em análise.

No negócio do *non fuel* prosseguiu-se com a expansão da rede de lojas, que agora totalizam as 208. Este negócio apresentou um crescimento significativo de 5% nas vendas realizadas entre os dois períodos.

5.3. GAS & POWER

PESO DO SEGMENTO DE NEGÓCIO (EBITDA ajustado)



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Início da interação com o Regulador;
- Preparação do negócio de gás natural para a liberalização do sector;
- Atribuição de 400 MW ao Consórcio Ventinveste, liberado pela Galp Energia, no âmbito do concurso eólico;
- Obtenção da licença de produção para a central de ciclo combinado de Sines com uma capacidade de 800 MW.

Gás Natural

Actividade Desenvolvida

Antecipando a liberalização do sector e os consequentes desafios e alterações que se prevêem, a Galp Energia desenvolveu todos os esforços no sentido de se preparar para uma nova realidade de negócio. Esta actuação foi transversal à organização tendo envolvido alterações a nível legal e organizacional – com a red denominação social da Transgás SPGN, S.A. que levou à criação da Comercializadora Livre – Galp Gás Natural, S.A. - e abrangido áreas como a marca e a relação com os clientes, com o lançamento da marca Galp Energia Gás Natural.

CALENDÁRIO DE LIBERALIZAÇÃO DO SECTOR DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL



Ao abrigo do novo enquadramento, uma das actividades mais importantes no primeiro semestre de 2007 passou pela reavaliação dos activos alienados à REN em Setembro de 2006, de acordo com o estabelecido no contrato promessa assinado na mesma data. As avaliações solicitadas aos três Bancos, relativamente ao valor destes activos, para determinação do valor final de transacção, apontam para um acerto de preço no montante de €23 milhões. A Galp Energia manifestou o seu desacordo quanto às avaliações efectuadas, sendo que a determinação do preço final e outros assuntos relacionados com a referida operação estão ainda em discussão.

Outro aspecto fundamental foi a publicação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”), das primeiras tarifas reguladas das actividades de regaseificação, transporte e armazenagem de gás natural e suas consequências para a Galp Energia enquanto operador incumbente. Este novo enquadramento, levou a uma revisão e adaptação dos procedimentos das várias empresas do negócio do gás natural.

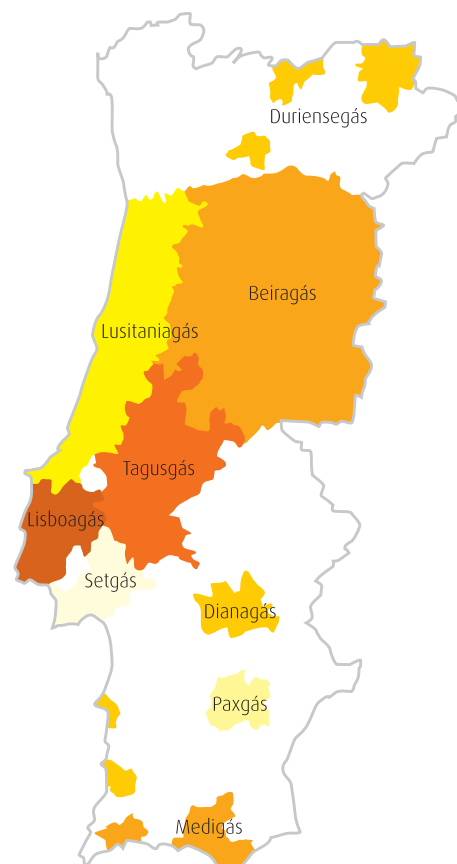
No aprovisionamento, o semestre foi marcado pelo início da renegociação regular dos preços dos actuais contratos de aprovisionamento e por ser o ano de *build-up* do último contrato firmado de aprovisionamento de gás natural liquefeito (“GNL”), atingindo assim o total de gás natural contratado os 5,7 mil milhões de metros cúbicos por ano.

Na comercialização de gás natural, e no subsegmento eléctrico, o início do ano de 2007 trouxe a liberalização do mercado, para quantidades acima do *Take or Pay* (“ToP”), nomeadamente nas centrais existentes em Portugal.

No subsegmento industrial, foi criada a Comercializadora de Último Recurso Grossista, a Transgás S.A., anteriormente denominada Transgás Indústria, S.A., para a qual foram transferidos todos os clientes deste segmento. Neste sentido, foram renegociados mais de 20 contratos de fornecimento do Comercializador de Último Recurso Grossista e apostou-se na diversificação da oferta de serviços técnicos a clientes.

A liberalização do fornecimento dos clientes com um consumo superior a um milhão de metros cúbicos por ano, já a partir de 2008, irá trazer novos desafios para os quais a Empresa se começou já a preparar através do desenvolvimento de políticas para a comercialização em mercado livre, com o objectivo de disponibilizar novas soluções aos seus clientes.

No mercado Espanhol, um mercado já totalmente liberalizado, iniciámos o processo legal para obtenção da licença de comercialização de gás natural, o qual se trata de um mercado com uma dimensão dez vezes superior ao português.



Os factos mais significativos, relativos à operação, corresponderam à entrada em funcionamento de três novas Unidades Autónomas de Gás (“UAG”) em Peso da Régua, Póvoa do Lanhoso e Alpiarça, e à aprovação do contrato com a Paxgás para fornecimento GNL na UAG de Beja.

Na armazenagem de gás natural merece destaque a conclusão da reparação e testes da segunda caverna, a TGC-2, que recebeu autorização para lixiviação por parte da Direcção Geral de Energia e Geologia (“DGEG”), com uma capacidade de armazenamento de 45 milhões de metros cúbicos de gás natural. Prevê-se o início do processo de lixiviação no terceiro trimestre de 2007.

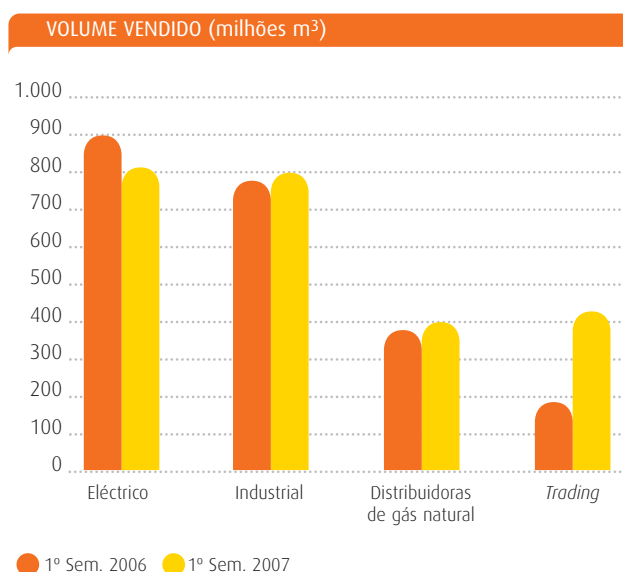
Na distribuição de gás natural prosseguiram-se as actividades inerentes ao *Unbundling*, e que passaram pela separação jurídica das actividades de distribuição e comercialização de último recurso para as empresas com mais de 100.000 clientes, ou seja, LisboaGás, Lusitaniagás e Setgás, pela separação contabilística das actividades reguladas e pela reestruturação dos processos das empresas para cumprir a nova regulamentação do sector.

No âmbito da renegociação dos contratos de concessão das empresas de distribuição, foi apresentada uma proposta à DGEG que marca o início deste processo e procedeu-se à preparação da operação de venda dos ramais de média pressão e UAG's, detidas pela Galp Gás Natural, às distribuidoras de acordo com a legislação em vigor.

No que se refere à expansão da actividade, o destaque foi para a construção e gaseificação da rede de distribuição entre as Cidades de Olhão e de Faro, permitindo o abastecimento de Faro a partir da UAG de Olhão.

Performance Operacional

As vendas de gás natural aumentaram 11%, 242 milhões de metros cúbicos, atingindo os 2.466 milhões de metros cúbicos com incrementos em todos os subsegmentos, à excepção do eléctrico. Depois de um primeiro trimestre do ano com baixos consumos registados neste subsegmento, as vendas do segundo trimestre registaram um aumento, associado aos níveis de pluviosidade deste período que favoreceram os consumos de gás natural para a produção de electricidade. Este efeito permitiu encerrar o semestre com vendas no subsegmento eléctrico de 826 milhões de metros cúbicos, reduzindo a quebra dos consumos, face ao primeiro semestre do ano anterior, para os 8%, valor que atingiu os 29% no final do primeiro trimestre.



No subsegmento industrial, o aumento foi de 4%, para os 802 milhões de metros cúbicos, e resulta de maiores consumos de clientes industriais, cerca de 6%, e de centrais de cogeração, aproximadamente 2%. As vendas às distribuidoras de gás natural atingiram os 401 milhões de metros cúbicos, um aumento de 6%.

As vendas no subsegmento de *trading* atingiram os 437 milhões de metros cúbicos, decorrentes de condições favoráveis a nível internacional. O aproveitamento destas oportunidades permitiu atenuar a redução das vendas ao subsegmento eléctrico.

No negócio da distribuição de gás natural, e nas empresas participadas pela Galp Energia, os consumos atingiram os 290 milhões de metros cúbicos, superando o ano anterior em 6%, com particular destaque para o aumento do subsegmento residencial e industrial. O *portfolio* de clientes atingiu os 808 mil clientes.

Power

O negócio *Power*, no primeiro semestre de 2007 ficou marcado pela passagem à *short list* do agrupamento liderado pela Galp Energia no concurso para a produção de energia eléctrica em centrais eólicas. O Agrupamento Ventinveste é constituído pela Galp Energia (34%), pela Martifer (33%), pela Enersis (30%), pela Efacec (2%) e pela Repower Systems, (1%).

PARQUE EÓLICO



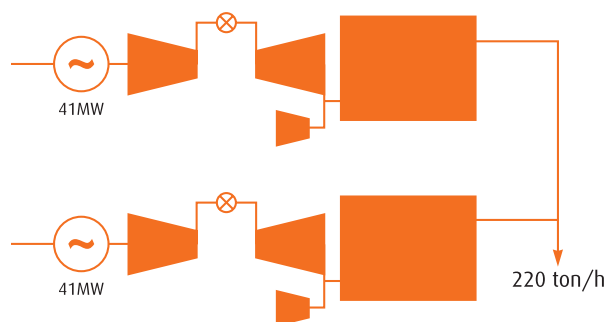
O projecto de cogeração em Sines, que prevê a construção de uma central de cogeração com uma potência de 82 MW, prosseguiu a bom ritmo, depois do investimento se ter iniciado no ano de 2006. Neste primeiro semestre do ano, os trabalhos passaram pela adjudicação das linhas eléctricas, aprovação dos *Factory Acceptance Tests* ("FAT") das Turbinas a Gás e Alternadores, obtenção do Licenciamento Ambiental desta Central de Cogeração e conclusão dos maciços das Turbinas a Gás.

Relativamente à cogeração no Porto, iniciaram-se, durante o primeiro semestre, a elaboração do estudo de impacto ambiental bem como a adjudicação dos trabalhos da engenharia básica e conceptual da futura central. Esta unidade, cuja entrada em exploração está prevista para o ano de 2010, permitirá o licenciamento ambiental da refinaria ao nível do cumprimento da Directiva das Grandes Instalações de Combustão ("GIC"), contribuirá para o aumento da fiabilidade do fornecimento de energia eléctrica e vapor à refinaria e para a significativa redução de custos de manutenção/substituição de equipamentos. Adicionalmente, terá ainda um papel importante na modernização tecnológica desta refinaria, alinhando com as *best practices* internacionais.

No projecto de construção de uma central de ciclo combinado em Sines, com uma capacidade de 800 MW, o primeiro semestre caracterizou-se pela apresentação do projecto de execução para a nova localização, como resposta à declaração de impacto ambiental desfavorável à localização inicial proposta, no sentido de obter a licença de produção.

As centrais de cogeração participadas pela Galp Energia registaram um consumo de 85,9 milhões de metros cúbicos para uma produção de energia de 781 GWh, valor em linha com a produção do primeiro semestre de 2006.

DIAGRAMA DE UMA CENTRAL DE COGERAÇÃO



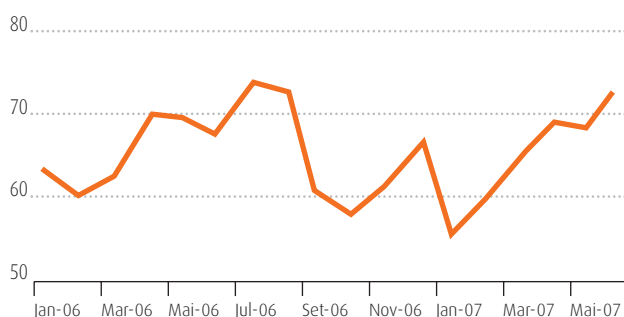
06. ANÁLISE FINANCEIRA

6.1. ENVOLVENTE DE MERCADO

Brent

Após uma queda de quase 10 Usd/bbl, desde o final de 2006, atingindo os 50 Usd/bbl no final de Janeiro, o *Brent dated* inverteu esta tendência tendo-se situado próximo dos 60 Usd/bbl no final de Fevereiro. As principais razões para esta reversão foram, entre outros aspectos, o agravamento das tensões geopolíticas (Líbano, Palestina e Irão) e as condições climáticas nos EUA, resultando num aumento das vendas dos combustíveis de aquecimento e de gás natural.

EVOLUÇÃO DO BRENT (Usd/bbl)

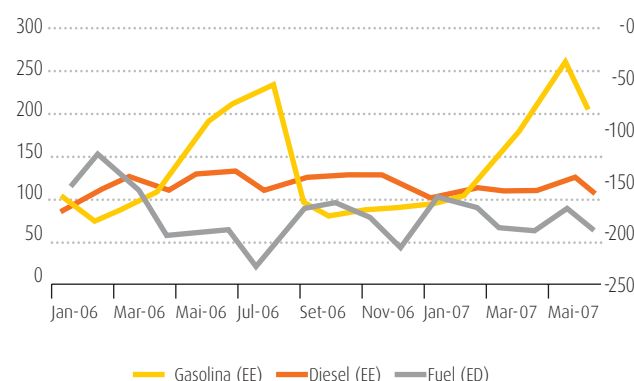


Já no final de Março, com o agravamento da pressão internacional sobre o Irão, após rumores de um possível confronto entre este país e os EUA, o *Brent dated* sofreu um aumento de quase 9 Usd/bbl, tendo atingido os 68,6 Usd/bbl. Nos meses de Abril e Maio, o preço do *Brent* situou-se próximo dos 67 Usd/bbl suportado pelos conflitos geopolíticos, nomeadamente os problemas de insegurança vividos na Nigéria, que levaram ao corte na produção de 1 milhão de barris por dia, e por um cada vez mais insuficiente mercado de gasolinas, influenciado por paragens das refinarias para manutenção, normal nesta altura do ano, e paragens não programadas, que diminuiram consideravelmente a capacidade de produção de gasolina. No final de Maio, o *Brent dated* subiu acima dos 70 Usd/bbl, o que se manteve até finais de Junho, devido à manutenção de uma forte procura de produtos finais a nível mundial.

Produtos Petrolíferos

O *crack* dos destilados médios aumentou, no primeiro trimestre do ano, em consequência da inesperada diminuição da temperatura nos EUA, que levou a um aumento da procura do gasóleo de aquecimento, numa altura em que as refinarias já tinham alterado os seus perfis de produção em antecipação à *driving season*. No segundo trimestre de 2007, os destilados médios mantiveram-se praticamente inalterados, tanto em termos de *cracks* como de valor absoluto. Na Europa, os *stocks* de gasóleo mantiveram-se em valores superiores à média dos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que novas unidades de *hydrocracking* entraram em funcionamento, reduzindo a necessidade de importação deste produto.

EVOLUÇÃO DOS CRACKS DOS PRODUTOS (Usd/ton)



Simultaneamente, a menor oferta de gasolina, originou uma acentuada descida dos níveis de *stocks* nos EUA, levando a uma forte subida do *crack* da gasolina, a partir de meados de Fevereiro, tendo atingido uma média de 22,3 Usd/bbl, no mês de Março, face a 16 Usd/bbl no mês de Fevereiro. Já no início de Maio, o preço da gasolina atingiu o valor mais elevado desde os furacões Katrina e Rita, cerca de 40 Usd/bbl em termos de *crack spread*. As já mencionadas paragens das refinarias, bem como a procura crescente, normal para esta altura do ano, foram os principais responsáveis por esta subida. Extraordinariamente, observou-se um prêmio dos *cracks* da gasolina na Europa sobre os *cracks* do EUA, o que desencorajou a importação deste produto,

levando a uma diminuição dos níveis dos *stocks*. Já no início de Junho, os *cracks* da gasolina baixaram para valores perto dos 30 Usd/bbl, dado o fortalecimento do mercado do crude em virtude do aumento das actividades das refinarias, e a menor pressão sobre os mercados da gasolina, com o aumento dos *stocks*.

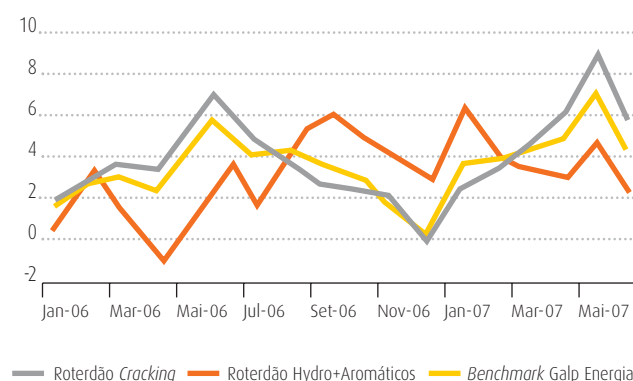
Indicadores de Mercado

O *crack* do fuel nos mercados internacionais, teve uma subida desde o final de 2006 até meados de Janeiro, de -25,0 Usd/bbl para -19,5 Usd/bbl, fruto dos cortes da OPEC que se concentraram em crudes mais pesados com características para a produção de fuel e também às temperaturas mais frias que se fizeram sentir nesta altura do ano. No entanto, a partir de Fevereiro, a redução da procura de fuel, que foi suficiente para compensar os cortes da OPEC, aliada a um aumento do preço do crude, fez com que o *crack* do fuel voltasse para valores ainda mais negativos, cerca de -28,3 Usd/bbl, no final de Março. Nos meses de Abril e Maio, o *crack* do fuel aumentou, tendo atingido os -19 Usd/bbl, fruto do aumento do consumo no Japão, resultado de temperaturas mais baixas e uma menor oferta, dado as paragens das refinarias na região da Ásia Pacífico.

Margens de Refinação

No mês de Janeiro, as margens de refinação aumentaram, mantendo-se em média superiores aos valores verificados nos últimos dois meses do ano anterior, uma vez que a diminuição que se verificou no preço do crude foi superior à diminuição nos produtos refinados, dado que os níveis reduzidos das margens de refinação nos últimos meses de 2006, levaram as refinarias menos competitivas a reduzir as quantidades processadas de crude, e consequentemente a diminuir a sua procura. No entanto, a tendência de margens de *cracking* positivas e *hydroskimming* negativas, manteve-se.

EVOLUÇÃO DAS MARGENS DE REFINAÇÃO (Usd/bbl)



No mês de Fevereiro, as margens de *cracking* mantiveram-se em média acima dos valores de Janeiro, 3,44 Usd/bbl vs 2,68 Usd/bbl, influenciadas pelo *crack* das gasolinas que se verificou nos EUA, bem como da subida sustentada do *crack* do *jet* e do diesel. Em Março, a continuação da procura elevada face à oferta existente de gasolina, que manteve a tendência de subida do *crack* deste produto, veio provocar margens *cracking* mais elevadas, enquanto que o nível do *crack* do fuel pressionou as margens de *hydroskimming*, -0,81 Usd/bbl em Fevereiro e -0,89 Usd/bbl em Março, para valores ainda mais reduzidos. As margens de refinação aumentaram em Abril, reflexo do aumento do preço das gasolinas. Extraordinariamente, as margens *hydroskimming* atingiram, de forma sustentada, valores positivos no mês de Maio, cerca de 1,58 Usd/bbl, algo que não acontecia desde Agosto de 2006, tendo atingido máximos desde Outubro de 2005, após os furacões Katrina e Rita. Esta evolução reflecte não só o aumento do preço da gasolina, mas também do *jet*, da nafta e do fuel. As margens *cracking* estiveram também, neste mês, a níveis bastante elevados, cerca de 10 Usd/bbl. Já no início de Junho, as margens diminuíram, tendo as margens *hydroskimming* caído para valores negativos, com a redução do *crack* da gasolina.

Mercado Ibérico

Em Portugal, o mercado de produtos petrolíferos manteve uma tendência decrescente durante os primeiros seis meses do ano, tendo diminuído cerca de 4%, devido à manutenção do preço destes produtos a níveis historicamente elevados. No entanto, é importante salientar que o segundo trimestre de 2007 teve um decréscimo inferior ao do primeiro trimestre do ano, cerca de 3% e 5%, respectivamente. Em Espanha, o mercado de produtos petrolíferos teve uma subida de 1%, quando comparado com o primeiro semestre de 2006. Esta subida foi ainda mais acentuada no segundo trimestre de 2007, cerca de 3%. O comportamento díspar dos dois mercados, é em parte, explicado pela diferença de preços finais por via do efeito fiscal e consequente impacto ao nível da sua procura.

No primeiro semestre de 2007, o mercado de gás natural em Portugal sofreu uma redução de 1%, face ao mesmo período de 2006, fruto dos elevados níveis de pluviosidade registados no primeiro trimestre de 2007. Já o consumo verificado entre o segundo trimestre de 2007 e o trimestre anterior aumentou cerca de 9%, em particular no segmento eléctrico onde níveis inferiores de pluviosidade levaram a um aumento da produção de energia eléctrica com base em gás natural.

INDICADORES DE MERCADO			
	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Preço médio do <i>brent dated</i> ¹ (Usd/bbl)	65,7	63,3	(3,7)
<i>Crack diesel</i> ² (Usd/bbl)	15,5	14,9	(4,2)
<i>Crack gasolina</i> ³ (Usd/bbl)	19,9	23,8	19,8
<i>Crack fuel óleo</i> (Usd/bbl)	(22,9)	(24,4)	6,7
Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	3,9	5,1	31,3
Margem <i>hydroskimming</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(0,3)	(0,0)	(93,6)
Mercado <i>oil</i> em Portugal ⁵ (milhoes ton)	5,6	5,4	(3,8)
Mercado <i>oil</i> em Espanha ⁶ (milhoes ton)	25,2	25,4	1,0
Mercado gás natural em Portugal ⁷ (milhões m ³)	2.044	2.029	(0,8)

1 - Fonte: *Platts*

2 - Fonte: *Platts*; *ULSD NWE CIF ARA*

3 - Fonte: *Platts*; Gasolina sem chumbo, *NWE CIF ARA*

4 - Fonte: *Platts*; 1% LSFO, *NWE CIF ARA*

5 - Fonte: *Apetro*

6 - Fonte: *Cores*

7 - Fonte: *Galp Energia*

6.2. PERFORMANCE ECONÓMICA

MILHÕES DE EUROS			
	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Volume de negócios	6.130	5.894	(3,9)
Custos operacionais	(5.517)	(5.274)	(4,4)
Outros proveitos (custos) operacionais	2	7	379,7
EBITDA	615	627	2,0
Amortizações e provisões	(140)	(129)	(7,6)
Resultado operacional	475	498	4,8
Resultado operacional ajustado	264	360	36,4
Do qual:			
Exploração & Produção	2	56	s.s.
Refinação & Distribuição	123	191	55,3
Gas & Power	137	109	(20,0)
Resultado de empresas associadas	19	31	59,4
Resultados financeiros	(18)	(19)	10,7
Imposto sobre o rendimento	(121)	(107)	(12,0)
Resultado líquido	354	401	13,4
Resultado líquido	354	401	13,4
Efeito <i>stock</i>	(179)	(118)	(33,8)
Resultado líquido replacement cost	175	283	61,8
Eventos não recorrentes	(8)	3	s.s.
Resultado líquido ajustado	167	285	71,0

Resultado Operacional

O resultado operacional do primeiro semestre de 2007 totalizou €498 milhões. Em termos ajustados, ou seja, excluindo os efeitos *stock* e outros eventos não recorrentes, o resultado operacional atingiu os €360 milhões, 36% acima do ano anterior.

A subida nos resultados operacionais ajustados foi suportada por um forte aumento dos resultados dos segmentos de negócio Exploração & Produção e Refinação & Distribuição, que compensaram a diminuição nos resultados do segmento de negócio Gas & Power, fruto da redução do âmbito da sua actividade, com a venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN.

Exploração & Produção

Os resultados operacionais atingiram os €52 milhões superando largamente o ano anterior, onde tinham atingido €2 milhões, uma vez que se procedeu à alteração de critérios contabilísticos a partir do segundo trimestre de 2006 inclusivé. Caso se tivesse adoptado os mesmos critérios do primeiro semestre de 2007, o resultado operacional atingiria, no mesmo período do ano anterior, €15 milhões.

Adicionalmente, isolando os eventos não recorrentes no primeiro semestre de 2007, que se traduzem em imparidades de activos no montante de €4,4 milhões, relativos a três poços secos no Brasil e dois poços secos no Bloco 32 em Angola, os resultados operacionais aumentaram para €56 milhões.

Os principais custos operacionais, incluem os custos de produção de €8,6 milhões, cerca de 4,6 Usd/bbl e o pagamento de IRP de €19 milhões, aproximadamente 10,1 Usd/bbl. Os custos *non cash* referem-se, essencialmente a amortizações no valor de €22,1 milhões, ou seja, 11,8 Usd/bbl.

Refinação & Distribuição

O resultado operacional atingiu os €343 milhões, igualando o ano anterior. Em termos ajustados, a *performance* operacional aumentou €68 milhões para os €191 milhões, face a €123 milhões obtidos no primeiro semestre do ano anterior.

O aumento dos resultados operacionais ajustados traduz uma melhoria das margens de refinação em 1,3 Usd/bbl, de 5,2 Usd/bbl para os 6,6 Usd/bbl. No entanto, penalizadas pela desvalorização do dólar face ao euro, esta diferença reduziu para os 0,7 Eur/bbl. Este incremento da margem unitária de refinação permitiu compensar a redução de 4% dos volumes tratados face ao primeiro semestre do ano anterior.

Outro contributo favorável para esta melhoria operacional foi o aumento de 2% do volume de vendas a clientes directos, onde se destacou o aumento de 9% verificado em Espanha.

Gas & Power

O segmento de negócio Gas & Power registou uma diminuição dos resultados operacionais de €27 milhões para €100 milhões tendo atingido os €109 milhões, em termos ajustados.

A diminuição dos resultados operacionais traduz o impacto da venda das actividades de transporte, regaseificação e parte da armazenagem de gás natural, que pertenciam ao segmento de negócio Gas & Power. Este *spin off* teve um impacto desfavorável em resultados através de um aumento de custos de €68,5 milhões, dos quais €50,2 milhões dizem respeito a custos de transporte e armazenagem, considerados em fornecimentos e serviços externos, e €18,3 milhões relativos a custos de regaseificação, considerados nos custos das vendas. Estes custos não existiam no primeiro semestre do ano anterior.

A separação destas actividades resultou também numa redução de custos deste segmento de negócio com destaque para (i) os custos relacionados com pessoal em €4,8 milhões, (ii) os custos de conservação e manutenção de rede em €1,4 milhões e (iii) as amortizações no montante de €13,8 milhões.

A margem unitária do *Power* aumentou 4% para os 13,97€/MWh, no primeiro semestre de 2007. Relativamente às vendas de electricidade à rede, estas foram efectuadas a uma tarifa de 88,26€/MWh, o que representa uma diminuição de 2% face a igual período em 2006.

Resultados de Empresas Associadas

Os resultados de empresas associadas incluem, maioritariamente, os resultados referentes às participações financeiras nas empresas detentoras dos gasodutos internacionais (EMPL, Metragaz, Gasoducto Al Andalus e Gasoducto Extremadura) com uma contribuição, no primeiro semestre de 2007, de €17,4 milhões. Também relevante é a participação de 5% na CLH com uma contribuição de €7,8 milhões. Adicionalmente, as participações em duas empresas de distribuição de gás natural, a Setgás e a Tagusgás, tiveram, no primeiro semestre de 2007, uma contribuição de €2 milhões.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros foram negativos em €19 milhões, uma diminuição de €2 milhões face ao ano anterior. Apesar desta variação não ter sido significativa, houve rubricas que evoluíram de forma assimétrica. As diferenças de câmbio agravaram-se, face ao ano anterior, em €6,3 milhões, sendo que no primeiro semestre foram negativas em €2,1 milhões, face a valores positivos de €4,3 milhões no ano anterior. Este efeito foi compensado por uma redução nos juros suportados de €5,8 milhões devido à diminuição da dívida bancária.

A desvalorização do dólar face ao euro levou ao agravamento das diferenças de câmbio, sendo que no negócio da Refinação & Distribuição se traduziram, essencialmente, em perdas relacionadas com activos em dólares, entre os quais €2,9 milhões relacionados com disponibilidades e tesouraria.

Imposto sobre o Rendimento

No primeiro semestre de 2007, o imposto sobre o rendimento foi de €107 milhões, diminuindo €15 milhões em relação ao semestre homólogo. A taxa efectiva de imposto atingiu os 21%, o que representa um decréscimo face aos 25% apurados no primeiro semestre de 2006, e traduz efeitos favoráveis relacionados com (i) o aumento dos resultados do segmento de negócio Exploração & Produção, actividade isenta de Imposto sobre o Rendimento até 2011, (ii) a diminuição dos resultados no segmento de negócio Gas & Power e (iii) a alteração legislativa da forma de cálculo da derrama, incidente sobre os lucros gerados, a partir do exercício de 2007.

Resultado Líquido

O resultado líquido totalizou €401 milhões e em termos ajustado €285 milhões, o que corresponde a um aumento de 71% face ao mesmo período do ano anterior. Este aumento traduz (i) uma melhoria dos resultados operacionais apesar do *spin-off* da actividade de transporte e regaseificação de gás natural, que ocorreu em Setembro de 2006, (ii) um aumento dos resultados de empresas associadas e (iii) um efeito favorável relacionado com a diminuição da taxa efectiva de imposto em 4,5 p.p. para os 21%, contribuíram para este resultado.

6.3. PERFORMANCE FINANCEIRA

Balanço Consolidado

MILHÕES DE EUROS (excepto indicação em contrário)			
	31 DEZEMBRO 2006	30 JUNHO 2007	VARIAÇÃO
Activo fixo	2.413	2.459	46
Stock estratégico	453	477	24
Outros activos (passivos)	(148)	(174)	(26)
Fundo de maneoio	205	342	137
	2.924	3.104	180
Dívida de curto prazo	587	600	13
Dívida de longo prazo	513	499	(14)
Dívida total	1.099	1.099	(0)
Caixa e equivalentes	212	181	(31)
Dívida líquida	887	918	31
Total do capital próprio	2.037	2.186	150
Capital empregue	2.924	3.104	180
Debt to equity	44%	42%	(2 p.p.)

O activo fixo do primeiro semestre de 2007 ascendeu a €2.459 milhões, um aumento de €46 milhões face ao final do ano anterior, que se deve essencialmente ao investimento realizado nos primeiros seis meses do ano.

O valor do *stock* estratégico totalizou €477 milhões, aumentado €24 milhões, desde o final de 2006. Este aumento vem, essencialmente, da valorização dos *stocks* estratégicos de gasolinas e gasóleos que traduzem as elevadas cotações destes produtos, nos mercados internacionais, no primeiro semestre do ano. Este efeito, compensou a redução de 6% verificado nas quantidades de *stock* estratégico, com diminuições em todas as categorias de produtos.

Os outros activos e passivos registaram uma variação de €26 milhões e incluem o efeito relacionado com a variação da estimativa de imposto sobre o rendimento a pagar no montante de €24 milhões.

O fundo de maneoio aumentou €137 milhões atingindo os €342 milhões. Este aumento vem essencialmente do aumento do *stock* operacional em €64 milhões e do aumento dos saldos de clientes em €48 milhões. Para este resultado contribuiu o alargamento do prazo médio de recebimentos em dois dias, para os 26 dias, face ao final do ano de 2006.

No final do primeiro semestre de 2007, a dívida líquida totalizou €918 milhões, superando em €31 milhões o valor registado a 31 de Dezembro de 2006. O rácio de *debt to equity* reduziu-se, face ao final do ano de 2006, para os 42%.

A 30 de Junho de 2007, cerca de €417 milhões, de dívida bancária de longo prazo, encontravam-se expostos a taxa variável.

A vida média da dívida da Galp Energia era, no final do primeiro semestre de 2007, cerca de 2,39 anos.

Cash-Flow

MILHÕES DE EUROS		
	PRIMEIRO SEMESTRE	
	2006	2007
Resultado operacional	475	498
Custos <i>non cash</i>	125	119
Variação de fundo de maneoio	(156)	(137)
Cash-flow de actividades operacionais	445	480
Investimento líquido	(114)	(166)
Variação de stock estratégico	(53)	(24)
Cash-flow de actividades de investimento	(168)	(190)
Investimentos financeiros	(1)	1
Juros pagos	(25)	(18)
Impostos	(56)	(88)
Subsídios	6	7
Dividendos pagos/recebidos	13	(230)
Outros	(8)	8
Cash-flow de actividades de financiamento	(70)	(321)
Total	(207)	(31)

O *cash flow* de actividades operacionais ascende a €480 milhões no primeiro semestre de 2007, face a €445 milhões do período homólogo. As variações mais significativas ocorreram nos resultados operacionais, com um aumento de €23 milhões, e na redução do investimento em fundo de maneo de €19 milhões.

O *cash flow* de actividades de investimento totalizou €190 milhões e está em linha com o investimento realizado no período e com o aumento verificado na valorização do *stock* estratégico.

No primeiro semestre de 2007, o *cash flow* de financiamento ascendeu a €321 milhões e registou uma variação de €251 milhões, essencialmente explicada pelo valor líquido de dividendos de €230 milhões, isto porque o pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2005 só ocorreu no mês de Julho de 2006. Adicionalmente, o *cash flow* de financiamento foi influenciado por um aumento do imposto pago em €35 milhões, que traduz o aumento dos resultados verificado no ano de 2006.

6.4. INVESTIMENTO

MILHÕES DE EUROS			
	PRIMEIRO SEMESTRE		
	2006	2007	% VAR.
Exploração & Produção	42	81	94,0
Refinação & Distribuição	30	41	34,6
Gas & Power	49	38	(21,5)
Outros	0	2	s.s
	121	162	34,1

O total do investimento do primeiro semestre de 2007 ascendeu a €162 milhões, o que representa um aumento de 34%, ou seja, €41 milhões. Os principais aumentos ocorreram no segmento de negócio de Exploração & Produção que, com um investimento de €81 milhões, representou 50% do investimento total da Galp Energia.

O investimento no segmento de negócio de Exploração & Produção, no primeiro semestre de 2007, foi essencialmente canalizado para o Bloco 14 e o Bloco 32 em Angola. No Bloco 14 procedeu-se (i) a trabalhos de exploração, (ii) a trabalhos de avaliação dos campos Negage e Gabela e (iii) a trabalhos

de desenvolvimento no campo TL e, em menor dimensão, no campo BBLT. No Bloco 32, o investimento foi essencialmente canalizado para a realização de poços exploratórios e trabalhos de sismica 3D.

No Brasil, nos blocos onde a Galp Energia é operadora, os investimentos concentraram-se na perfuração de cinco poços de exploração na bacia de Potiguar, e na preparação e realização da campanha sísmica 3D em dois blocos na bacia de Sergipe Alagoas. Nos blocos operados pela Petrobras, o investimento foi orientado, sobretudo, para os trabalhos de preparação do início da perfuração de poços onshore e para o início da perfuração do poço Tupi Sul na Bacia de Santos.

O segmento de negócio Refinação & Distribuição investiu um total de €41 milhões. Na área de refinação, os investimentos foram direccionados, sobretudo, para (i) investimentos gerais nas refinarias, nomeadamente projectos de racionalização energética e de licenciamento ambiental, (ii) para a beneficiação geral do Terminal Petrolero de Leixões, (iii) para a preparação da paragem geral da refinaria do Porto, (iv) para a aquisição de uma barcaça para transporte local de produtos e (v) para a construção de armazenagem estratégica. Na actividade de distribuição, os investimentos concentraram-se na construção e remodelação de estações de serviço, aquisição de novas garrafas Pluma de GPL e expansão do GPL canalizado.

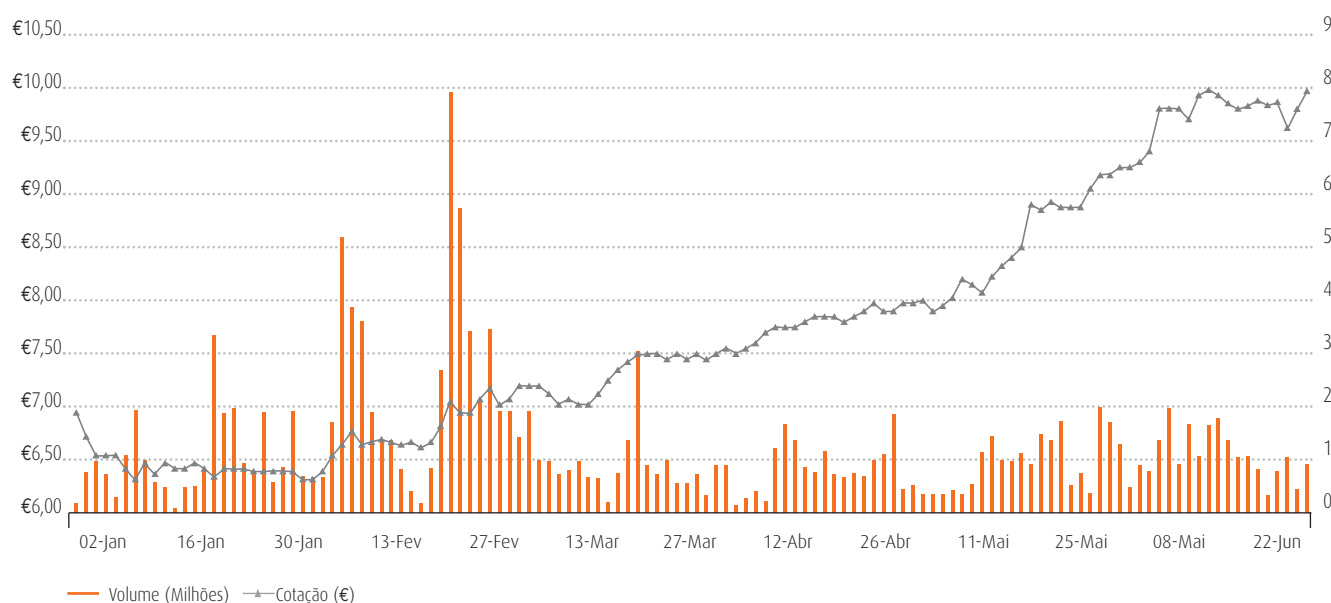
No segmento de negócio Gas & Power o investimento totalizou €38 milhões. Na área de distribuição de gás natural foram concluídos cerca de 370 quilómetros de rede secundária e convertidos aproximadamente 13 mil clientes. Na área do *Power*, a construção da central de cogeração na refinaria de Sines, foi o investimento mais significativo.

07. ACÇÃO GALP ENERGIA

As acções da Galp Energia valorizaram-se 43% no primeiro semestre de 2007, sendo a cotação máxima neste período de €10,17, no dia 18 de Junho. A valorização desde o início da Oferta Pública Inicial, que ocorreu a 23 de Outubro de 2006,

é de 71%. Relativamente ao volume, foram transaccionadas cerca de 162,4 milhões de acções, correspondendo a uma média diária de 1,3 milhões de acções. A 30 de Junho de 2007 a capitalização bolsista da Galp Energia ascendia a €8.251 milhões.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA ACÇÃO GALP ENERGIA



08. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

8.1. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Accionistas com participações qualificadas directas e indirectas (Artigo 448.º N.º 4 do código das sociedades comerciais e Artigo 20.º do código dos valores mobiliários).

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% CAPITAL	% VOTO
ENI, S.p.A	276.472.160	33,34	33,34
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34	33,34
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00	1,00
Parública – Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00	7,00
Iberdrola, S.A.	33.170.025	4,00	4,00
Banco BPI S.A.	17.150.010	2,07	2,07
CXG Corporación Caixa Galicia, S.A.U.	16.585.012	2,00	2,00
Restantes accionistas	143.029.243	17,25	17,25
Total	829.250.635	100,00	-

Em 3 de Setembro de 2007, foi comunicado à Galp Energia pelo Banco BPI, S.A., que através de diversas aquisições efectuadas em Bolsa, pelo Banco BPI, S.A. e sociedades por este controladas, entre as quais o Banco Português de Investimento, S.A., Fundo de Pensões do Banco BPI e BPI Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A., esta sociedade passou a deter, 42.220.051 acções da Galp Energia, representativas de 5,09% do seu capital social e de igual percentagem dos direitos de voto.

8.2. POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Posição accionista a 31 de Dezembro de 2006 dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Galp Energia (nos termos do Artigo 447.º N.º 5 do código das sociedades comerciais)

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	TOTAL DE ACÇÕES A 32.12.2006	AQUISIÇÃO			ALIENAÇÃO			TOTAL DE ACÇÕES A 30.06.2007
		DATA	N.º ACÇÕES	VALOR	DATA	N.º ACÇÕES	VALOR	
Francisco Luís Murteira Nabo	1.900	-	-	-	01.03.2007	1.900	7,01	-
Manuel Ferreira De Oliveira		04.01.2007	735	6,81	-	-	-	
		04.01.2007	747	6,70	-	-	-	
		02.02.2007	780	6,40	-	-	-	
		02.03.2007	690	7,25	-	-	-	
		05.03.2007	715	7,10	-	-	-	
		11.04.2007	665	7,52	-	-	-	
		02.05.2007	626	7,99	-	-	-	
	28.640	01.06.2007	540	9,28	-	-	-	34.138
Giancarlo Rossi	-	-	-	-	-	-	-	-
José António Marques Gonçalves	3.900	-	-	-	-	-	-	3.900
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	950
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-
Massimo Giuseppe Rivara	610	-	-	-	-	-	-	610
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura		04.01.2007	1.000	6,70	-	-	-	
		04.01.2007	1.500	6,68	-	-	-	
	850	05.01.2007	1.000	6,63	-	-	-	4.350
Camilo Gloria	-	-	-	-	-	-	-	-
Diogo Mendonça Rodrigues Tavares	940	-	-	-	-	-	-	940
Angelo Taraborrelli	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410
Marco Alverà	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	07.02.2007	15.000	6,41	-	-	-	15.000
Pedro António do Vadre Castellino e Alvim	-	-	-	-	-	-	-	-
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
REVISOR OFICIAL DE CONTAS								
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-

Lisboa, 19 de Setembro de 2007
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

VICE-PRESIDENTES:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Giancarlo Rossi

VOGAIS:

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Taraborrelli

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castellino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

ANEXOS

9.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A., relativas ao exercício findo em 30 de Junho de 2007 e 2006, foram elaboradas em conformidade com as IAS/IFRS. Para a análise do desempenho da Empresa, a Galp Energia, seguindo uma prática comum na indústria, utiliza a óptica de gestão que tem por base os resultados ajustados, cuja diferença para os resultados da óptica legal IAS/IFRS assentam no seguinte:

- Utilização do método do *Replacement Cost* para valorização do custos das vendas. De acordo com esta metodologia, o custo das mercadorias vendidas é valorizado ao custo de mercado das matérias-primas no momento em que as vendas se realizam e independentemente da valorização das existências detidas e do custo efectivo das mesmas;
- A adopção desta metodologia permite expurgar dos resultados as flutuações dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais e o seu impacto na valorização dos *stocks* com a adopção do critério valorimétrico IAS/IFRS adoptado pela Empresa, o FIFO. O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade, quer POC quer IAS/IFRS, não sendo consequentemente adoptado para efeitos de valorização de inventários e não reflecte o custo de substituição de outros activos;
- Exclusão dos eventos não recorrentes e que correspondem a acontecimentos não habituais que tenham ocorrido no ciclo operacional de exploração dos negócios da Empresa e que geraram impacto materialmente relevante nos resultados. Esta classificação não significa que alguns destes itens não tenham acontecido no passado ou que não possam vir a verificar-se no futuro.

9.2. CONTAS CONSOLIDADAS

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS BALANÇOS CONSOLIDADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (IFRS/IAS) (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	NOTAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	11	1.969.554	1.927.247
Goodwill		17.150	17.032
Outros activos fixos intangíveis	11	323.037	324.767
Participações financeiras em associadas		152.440	147.362
Participações financeiras em participadas		1.009	1.017
Outras contas a receber	13	104.256	106.757
Activos por impostos diferidos		129.394	145.497
Outros investimentos financeiros		2.283	1.395
Total de activos não correntes:		2.699.123	2.671.074
Activo corrente:			
Inventários	15	1.190.506	1.065.264
Clientes	14	1.007.762	960.279
Outras contas a receber	13	351.376	318.702
Outros investimentos financeiros	16	15.814	14.023
Caixa e seus equivalentes	17	181.672	212.468
Total do activos correntes:		2.747.130	2.570.736
Total do activo:		5.446.253	5.241.810
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006
Capital próprio:			
Capital social	18	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(12.961)	(10.385)
Outras reservas		146.438	107.024
Reservas de cobertura		1.674	710
Resultados acumulados		717.562	254.757
Resultado líquido consolidado do período	10	401.014	754.774
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.164.984	2.018.137
Interesses minoritários		21.347	18.537
Total do capital próprio:		2.186.331	2.036.674
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	19	273.137	287.089
Empréstimos obrigacionistas	19	225.772	225.772
Outras contas a pagar	20	68.407	70.598
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios		249.444	242.180
Passivos por impostos diferidos		116.826	92.927
Outros instrumentos financeiros	22	-	252
Provisões	21	84.542	82.643
Total do passivo não corrente:		1.018.128	1.001.461
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	19	600.006	566.081
Empréstimos obrigacionistas	19	-	20.435
Fornecedores		664.314	692.379
Outras contas a pagar	20	915.701	843.454
Outros instrumentos financeiros	22	7.514	2.927
Imposto corrente sobre rendimento a pagar		54.259	78.399
Total do passivo corrente:		2.241.794	2.203.675
Total do passivo:		3.259.922	3.205.136
Total do capital próprio e do passivo:		5.446.253	5.241.810

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Eng. Camillo Glória
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
Dr. Angelo Taraborrelli
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Marco Alverá
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castellino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	NOTAS	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5.750.016	6.404.461
Pagamentos a fornecedores		(3.737.492)	(4.534.587)
Pagamentos ao pessoal		(93.768)	(102.922)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.275.986)	(1.238.505)
Fluxos gerados pelas operações		642.770	528.447
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(87.635)	(55.986)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(7.035)	(5.992)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(5.340)	(4.896)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(173.081)	(81.494)
Fluxos gerados pelas operações		(273.091)	(148.368)
Fluxos das actividades operacionais (1)		369.679	380.079
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras	4	1.500	35
Activos fixos tangíveis		3.703	7.531
Activos fixos intangíveis		-	134
Subsídios de investimento	12	6.575	5.930
Juros e proveitos similares		2.895	9.192
Dividendos	4	21.714	15.141
Empréstimos concedidos		168	2.215
		36.555	40.178
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(836)	(897)
Activos fixos tangíveis		(152.205)	(118.946)
Activos fixos intangíveis		(14.319)	(19.593)
Empréstimos concedidos		-	(3.111)
		(167.360)	(142.547)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(130.805)	(102.369)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		13.357	155.110
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	350
Juros e proveitos similares		1.317	707
Letras descontadas		5.266	3.045
		19.940	159.212
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(48.287)	(298.758)
Juros de empréstimos obtidos		(7.197)	(23.300)
Juros e custos similares		(13.802)	(9.401)
Dividendos/distribuição de resultados	23	(252.206)	(2.075)
Reembolso de letras descontadas		(4.480)	(5.328)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(46)	(61)
Juros de contratos de locação financeira		(1)	-
Juros de empréstimos obrigacionistas		(772)	(5.132)
		(326.791)	(344.055)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(306.851)	(184.843)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(67.977)	92.867
Efeito das diferenças de câmbio		(2.164)	(3.651)
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	822	93.634
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	(69.319)	182.850

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo em 30 de Junho de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
 Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
 Eng. Massimo Giuseppe Rivara
 Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
 Dr. Angelo Taraborrelli
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Marco Alverà
 Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
 Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
 Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 (IFRS/IAS) (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	NOTAS	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	5.823.681	6.041.722
Prestação de Serviços	5	70.018	88.659
Outros proveitos operacionais	5	40.310	20.759
Total de proveitos operacionais:		5.934.009	6.151.140
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	6	4.837.088	5.120.632
Fornecimentos e serviços externos	6	306.697	255.687
Custos com o pessoal	6	129.778	140.590
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	119.044	125.324
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	10.239	14.616
Outros custos operacionais	6	33.088	19.250
Total de gastos operacionais:		5.435.934	5.676.099
Resultados operacionais:		498.075	475.041
Proveitos financeiros	8	7.480	6.931
Custos financeiros	8	(25.131)	(31.605)
Ganhos (perdas) cambiais		(2.070)	4.231
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	9	31.925	19.459
Rendimentos de instrumentos financeiros	22	793	3.493
Outros ganhos e perdas		(521)	(521)
Resultado antes de impostos:		510.551	477.029
Imposto sobre o rendimento	7	(106.639)	(121.242)
Resultado antes de interesses minoritários:		403.912	355.787
Resultado afecto aos interesses minoritários		(2.898)	(2.031)
Resultado líquido consolidado do período		401.014	353.756
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,48	0,43

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
 Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
 Eng. Massimo Giuseppe Rivara
 Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
 Dr. Angelo Taraborrelli
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Marco Alverà
 Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
 Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
 Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS **DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

MOVIMENTOS DO PERÍODO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVAS DE CONVERSÃO
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		829.251	82.006	(1.879)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-
Outros aumentos/diminuições reservas de cobertura		-	-	-
Outras variações	22	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros		-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(2.999)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		-	-	(3.154)
Variações de interesses minoritários		-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		-	-	(6.153)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2006		829.251	82.006	(8.032)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		829.251	82.006	(10.385)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-
Distribuição de Dividendos	23	-	-	-
Outras variações	22	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros		-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(1.509)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		-	-	(1.067)
Variações de interesses minoritários		-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		-	-	(2.576)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e interesses minoritários	10	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2007		829.251	82.006	(12.961)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o semestre findo em 30 de Junho de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Eng. Camillo Gloria
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
Dr. Angelo Taraborrelli
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Marco Alverà
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

OUTRAS RESERVAS	RESERVAS DE COBERTURA	RESULTADOS ACUMULADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	SUB-TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL
84.926	(2.905)	669.150	700.657	2.361.206	24.645	2.385.851
22.098	-	678.559	(700.657)	-	-	-
-	-	(222.239)	-	(222.239)	-	(222.239)
-	-	-	-	-	-	-
-	3.459	-	-	3.459	-	3.459
-	(802)	-	-	(802)	-	(802)
-	-	-	-	(2.999)	-	(2.999)
-	-	-	-	(3.154)	-	(3.154)
-	-	-	-	-	(1.239)	(1.239)
22.098	2.657	456.320	(700.657)	(225.735)	(1.239)	(226.974)
-	-	-	353.756	353.756	2.031	355.787
107.024	(248)	1.125.470	353.756	2.489.227	25.437	2.514.664
107.024	710	254.757	754.774	2.018.137	18.537	2.036.674
39.877	-	714.897	(754.774)	-	-	-
-	-	(252.092)	-	(252.092)	-	(252.092)
(463)	1.232	-	-	769	-	769
-	(268)	-	-	(268)	-	(268)
-	-	-	-	(1.509)	-	(1.509)
-	-	-	-	(1.067)	-	(1.067)
-	-	-	-	-	(88)	(88)
39.414	964	462.805	(754.774)	(254.167)	(88)	(254.255)
-	-	-	401.014	401.014	2.898	403.912
146.438	1.674	717.562	401.014	2.164.984	21.347	2.186.331

ÍNDICE

01. NOTA INTRODUTÓRIA	37
02. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	38
03. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	38
04. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	38
05. RENDIMENTOS OPERACIONAIS	39
06. GASTOS OPERACIONAIS	40
07. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	42
08. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	43
09. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	43
10. RESULTADOS POR ACÇÃO	44
11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	44
12. SUBSÍDIOS	46
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER	47
14. CLIENTES	49
15. INVENTÁRIOS	50
16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	51
17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	51
18. CAPITAL SOCIAL	52
19. EMPRÉSTIMOS	53
20. OUTRAS CONTAS A PAGAR	55
21. PROVISÕES	56
22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVADOS FINANCEIROS	57
23. DIVIDENDOS	60
24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS	60
25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	60
26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	62
27. <i>UNBUNDLING</i>	63
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	63

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

01. NOTA INTRODUTÓRIA

a) EMPRESA – MÃE:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa) foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações cujo detalhe bem como a respectiva posição em 30 de Junho de 2007 se encontra evidenciada na Nota 18..

Parte das acções da Empresa encontram-se cotadas em bolsa, na *Euronext Lisbon*.

b) O GRUPO:

Em 30 de Junho de 2007 o grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de *upstream* e *downstream* na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área de aquisição, distribuição e comercialização de gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que tem todos os serviços de suporte corporativos.

b1) ACTIVIDADE DE UPSTREAM E DOWNSTREAM NA ÁREA DO PETRÓLEO BRUTO.

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleo em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (*upstream*) essencialmente em Angola e no Brasil, e a refinação e distribuição (*downstream*) de petróleo bruto e seus derivados em Portugal, Espanha, Moçambique, Guiné-Bissau e Angola.

b2) ACTIVIDADE DE GÁS NATURAL

As empresas subsidiárias do grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de aprovisionamento, distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente a Lisboaagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Transgás, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

b3) ACTIVIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA

As empresas subsidiárias do grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) ACTIVIDADE

A actividade do grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração & Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola e no Brasil;
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (Refinação e Distribuição) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Adicionalmente o Grupo desenvolve o negócio de retalho de produtos derivados de petróleo em Espanha, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau;
- O segmento de negócio de Gás & Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a geração de energia.
- A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade e às empresas distribuidoras de gás natural e UAG’s (distribuidoras de gás natural). A Galp Energia também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
- A área de Distribuição de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, dedica-se essencialmente a actividade de venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos inferiores a 2 milhões de m³.
- A área de *Power* produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente, a Galp Energia detém participações em três centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa utilizada, preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

02. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação

financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2007, a Galp Energia adoptou um novo critério de classificação dos derivados financeiros com fim de protecção da margem de refinação, preço do crude e produtos refinados. O impacto desta alteração de classificação entre rubricas da demonstração de resultados encontra-se descrito e quantificado na Nota 22., tendo sido a Demonstração dos resultados consolidados por natureza relativa ao semestre findo em 30 de Junho de 2006, reexpressa.

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2006, e o respectivo anexo.

03. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2007, o perímetro de consolidação foi alterado face a 31 de Dezembro de 2006 conforme segue:

- (a) Aquisição pelo Grupo de mais 0,03% do capital da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., pelo montante de mEuros 7, registando um *Goodwill* de mEuros 3, passando assim o Grupo a deter 59,505% do capital daquela empresa;
- (b) Aquisição pelo Grupo de mais 0,161% do capital da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., pelo montante de mEuros 229, resultando um *Goodwill* de mEuros 105, passando assim o Grupo a deter 85,199% do capital daquela empresa;
- (c) A subsidiária Petrogal, S.A. subscreveu 100% do capital social da Galp Exploração e Produção Timor Leste, S.A., a qual foi constituída em 29 de Maio de 2007 e cuja actividade consiste no

comércio, indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos;

- (d) A subsidiária Petrogal, S.A. adquiriu 33,33% do capital da Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., passando a deter 100% do capital desta subsidiária;
- (e) A subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. subscreveu 100% do capital social da Portcogeração, S.A., a qual foi constituída em 19 de Março de 2007 e cuja actividade consiste na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.

04. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

No decurso do mês de Janeiro de 2007, o Grupo procedeu à alienação da participação financeira detida na associada Número Um – Reparação Automóvel, Lda. correspondente a 49% do seu Capital Social, pelo valor global de mEuros 1.500, que se encontrava registada no activo do Grupo em 31 de Dezembro de 2006 pelo montante de mEuros 555 (Nota 9.).

Ainda no semestre findo em 30 de Junho de 2007, o Grupo adquiriu mais 5% do capital da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., passando assim a deter 37,5% do capital daquela empresa, pelo montante de mEuros 1.996, resultando um *Goodwill* de mEuros 124.

O valor recebido de dividendos no semestre findo em 30 de Junho de 2007 foi de mEuros 21.714, dos quais mEuros 10.120 foram distribuídos pela Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. ("CLH"), mEuros 6.822 pela associada EMPL – Europe Maghreb Pipeline, Ltd., mEuros 2.705 pelo Gasoducto Extremadura, S.A. e mEuros 2.067 pelo Gasoducto Al Andaluz, S.A.

Conforme contratualmente definido, da totalidade dos dividendos recebidos da subsidiária CLH, o montante de mEuros 8.032 terá de ser devolvido aos accionistas existentes à data de aquisição pelo Grupo da participação financeira naquela subsidiária.

05. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Vendas:		
de mercadorias	2.021.324	2.055.614
de produtos	3.802.357	3.986.108
	5.823.681	6.041.722
Prestação de serviços	70.018	88.659
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	23.549	5.793
Ganhos em activos fixos	3.049	3.652
Subsídios à exploração	2.057	2.833
Outros	11.655	8.481 (a)
	40.310	20.759
	5.934.009	6.151.140

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida nas Notas 2. e 22..

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de proveitos suplementares em 2007 inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

06. GASTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Custo das vendas:		
Mercadorias	1.155.442	1.083.286
Matérias-primas e subsidiárias	2.509.299	2.885.737
Imposto sobre petróleo	1.244.451	1.160.026
Variação da produção	(81.363)	(23.353)
Reduções ao inventário	4.307	6.437
Derivados financeiros	4.952	8.499 (a)
	4.837.088	5.120.632
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos	60.116	5.365
Electricidade, água e comunicações	11.743	10.074
Limpeza e vigilância	4.138	3.983
Combustíveis	556	844
Material escritório	882	662
Rendas e alugueres	36.407	30.888
Conservação e reparação	23.300	25.406
Publicidade	11.296	15.775
Deslocações e estadas	3.098	3.197
Transportes de pessoal	452	420
Transporte de mercadorias	32.064	36.666
Seguros	19.677	22.174
Serviços informáticos	12.156	11.955
Estudos e projectos	4.318	4.393
Comissões	5.783	4.543
Honorários e contencioso	1.834	1.498
Serviços jurídicos	428	132
Serviços de consultadoria	4.248	1.994
Serviços leitura, facturação e cobrança	3.150	3.129
Serviços de assistência técnica e inspecção	2.788	2.833
Custos de produção de blocos	8.632	4.493
Armazenagem e enchimento	25.600	21.766
Serviços e taxas portuárias	7.006	4.552
Utilização de terminais e oleodutos	3.295	5.138
Outros serviços especializados	13.483	11.660
Outros custos	10.247	22.147
	306.697	255.687
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 24.)	2.295	2.609
Remunerações do pessoal	87.095	94.031
Encargos sociais	17.901	18.875
Benefícios de reforma - pensões e seguros	18.211	19.646
Outros seguros	3.515	3.732
Outros gastos	761	1.697
	129.778	140.590
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	105.177	111.594
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis	13.867	13.730
	119.044	125.324

RÚBRICAS	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Provisões e imparidade de contas a receber:		
Provisões e reversões	5.339	5.801
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14.)	4.846	9.509
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13.)	54	(694)
	10.239	14.616
Outros custos operacionais:		
Outros impostos	4.574	3.533
Perdas em imobilizações	152	1.486
Outros custos operacionais	28.362	14.231
	33.088	19.250
	5.435.934	5.676.099

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida nas Notas 2. e 22..

A rubrica de outros custos operacionais para o semestre findo em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006 inclui os montantes de mEuros 19.036 e de mEuros 3.203, respectivamente, relativos ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP") associado às vendas de petróleo bruto efectuadas pela subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda., o qual foi determinado com base no regime fiscal aplicado a contratos de partilha de produção onde o Grupo participa.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos subcontratos sofre um aumento significativo face ao período homólogo devido aos contratos de passagem de gás natural estabelecidos entre a Galp Gás Natural, S.A. e a REN. No semestre findo em 30 de Junho de 2006, a infra-estrutura de transporte de gás de alta pressão e o terminal de gás liquefeito de Sines pertenciam ao Grupo, pelo que os custos com estas infra-estruturas se encontravam registados essencialmente nas rubricas de amortizações e custos com o pessoal.

07. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Por questões estratégicas, o Grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás & Power;
- Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos;
- Exploração & Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio "outros", o Grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A. e empresas com actividades distintas, nomeadamente a Drifal - Plásticos de Portugal, S.A., a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2007 e 2006, relativamente ao resultado das operações e a 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 relativamente à informação financeira relativa ao balanço:

	GÁS NATURAL		REFINAÇÃO E DISTR. DE PRODUTOS PETROLÍFEROS		EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO		ELECTRICIDADE		OUTROS		ELIMINAÇÕES		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Proveitos:														
Vendas e prestações serviços	651.257	665.811	5.240.097	5.441.380	93.233	22.324	14.457	14.873	57.933	58.537	(163.278)	(72.544)	5.893.699	6.130.381
Inter-segmentais	21.339	21.403	1.589	2.257	92.770	-	-	-	47.580	48.884	(163.278)	(72.554)	-	-
Externas	629.918	644.408	5.238.508	5.439.123	463	22.324	14.457	14.873	10.353	9.653	-	-	5.893.699	6.130.381
EBITDA	116.986	157.034	424.713	437.944	80.423	14.710	1.234	2.618	3.958	2.826	44	(151)	627.358	614.981
Gastos não desembolsáveis:														
Amortizações e ajustamentos	(13.794)	(28.788)	(76.725)	(86.343)	(26.481)	(8.280)	(1.472)	(1.452)	(572)	(461)	-	-	(119.044)	(125.324)
Provisões (líq.)	(2.633)	(1.746)	(5.347)	(8.508)	(2.254)	(4.370)	(5)	-	-	8	-	-	(10.239)	(14.616)
Resultados segmentais	100.559	126.500	342.641	343.093	51.688	2.060	(243)	1.166	3.386	2.373	44	(151)	498.075	475.041
Resultados financeiros	21.773	5.438	(7.239)	(4.871)	6.082	2.204	(587)	(398)	(7.509)	(536)	(44)	151	12.476	1.988
Imposto sobre o rendimento	(27.361)	(32.177)	(79.157)	(87.639)	(971)	(363)	577	(133)	273	(930)	-	-	(106.639)	(121.242)
Interesses minoritários	(2.080)	(2.306)	(475)	682	-	-	(343)	(407)	-	-	-	-	(2.898)	(2.031)
Resultado líquido IFRS/IAS	92.891	97.455	255.770	251.265	56.799	3.901	(596)	228	(3.850)	907	-	-	401.014	353.756

EM 30 DE JUNHO 2007 E 31 DE DEZEMBRO 2006

	GÁS NATURAL		REFINAÇÃO E DISTR. DE PRODUTOS PETROLÍFEROS		EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO		ELECTRICIDADE		OUTROS		ELIMINAÇÕES		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Activos do segmento (1)														
Investimento financeiro (2)	79.714	73.191	72.245	74.348	-	13	1.375	568	115	259	-	-	153.449	148.379
Outros activos	1.387.731	1.660.502	3.770.655	3.396.241	492.399	503.336	68.373	67.067	910.373	816.122	(1.336.727)	(1.349.837)	5.292.804	5.093.431
Activos totais consolidados	1.467.445	1.733.693	3.842.900	3.470.589	492.399	503.349	69.748	67.635	910.488	816.381	(1.336.727)	(1.349.837)	5.446.253	5.241.810
Passivos totais consolidados	803.184	739.102	2.664.612	2.393.637	185.020	129.811	65.763	63.394	878.070	1.229.029	(1.336.727)	(1.349.837)	3.259.922	3.205.136

(1) Quantia líquida.
(2) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

No primeiro semestre de 2007, o imposto sobre o rendimento foi de mEuros 106.639, diminuindo mEuros 14.603 em relação ao semestre homólogo. A taxa efectiva de imposto atingiu os 21%, o que representa um decréscimo face aos 25% apurados no primeiro semestre de 2006, e traduz efeitos favoráveis relacionados com: (i) o aumento dos resultados do segmento

de negócio Exploração & Produção, actividade isenta de Imposto sobre o Rendimento até 2011; (ii) a alteração legislativa da forma de cálculo da derrama, incidente sobre os lucros gerados, a partir do exercício de 2007.

08. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 é como segue:

	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	4.066	4.257
Outros proveitos financeiros	1.999	1.441
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	1.415	1.233
	7.480	6.931
Custos financeiros		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(13.770)	(19.695)
Juros capitalizados nos activos fixos	169	-
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros (Nota 19.)	(5.308)	(3.659)
Outros custos financeiros	(5.983)	(8.081)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(239)	(170)
	(25.131)	(31.605)

De acordo com a política contabilística do Grupo é política do Grupo capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo dos custos dos empréstimos obtidos.

09. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 detalham-se da seguinte forma:

	JUNHO 2007	JUNHO 2006
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	14.676	15.474
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.	7.795	2.157
Gasoducto Extremadura, S.A.	1.446	1.667
Gasoducto Al Andalus, S.A.	1.102	1.319
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	945	68
Outras (perdas)/ganhos líquidos	5.961	(1.226)
	31.925	19.459

Neste semestre foi alienada a participação da Número Um - Reparação de Automóveis, Lda., tendo a mesma gerado uma mais valia de mEuros 945 (Nota 4.).

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	401.014	353.756
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 18.)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros)	0,48	0,43

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	JUNHO 2007			DEZEMBRO 2006		
ACTIVOS TANGÍVEIS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	ACTIVO LÍQUIDO
Terrenos e recursos naturais	197.312	(3.218)	194.094	198.365	(3.111)	195.254
Edifícios e outras construções	686.201	(414.543)	271.658	683.462	(400.246)	283.216
Equipamento básico	3.919.783	(2.790.350)	1.129.433	3.890.215	(2.760.830)	1.129.385
Equipamento de transporte	23.356	(20.924)	2.432	23.040	(21.206)	1.834
Ferramentas e utensílios	4.331	(3.795)	536	4.299	(3.706)	593
Equipamento administrativo	128.893	(114.229)	14.664	127.176	(110.929)	16.247
Taras e vasilhame	149.789	(133.805)	15.984	149.436	(131.461)	17.975
Outras imobilizações corpóreas	106.187	(61.764)	44.423	104.348	(58.414)	45.934
Imobilizações em curso	292.930	-	292.930	233.801	-	233.801
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	3.400	-	3.400	3.008	-	3.008
	5.512.182	(3.542.628)	1.969.554	5.417.150	(3.489.903)	1.927.247
ACTIVOS INTANGÍVEIS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E IMPARIDADES	ACTIVO LÍQUIDO
Despesas de instalação	3.076	(2.946)	130	3.074	(2.978)	96
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.953	(1.883)	1.070	2.943	(1.670)	1.273
Propriedade industrial e outros direitos	237.688	(117.072)	120.616	238.099	(114.731)	123.368
Reconversão de consumos para gás natural	253.488	(68.668)	184.820	248.268	(64.108)	184.160
Trespases	10.654	(10.222)	432	10.261	(10.153)	108
Imobilizações em curso	15.969	-	15.969	15.762	-	15.762
	523.828	(200.791)	323.037	518.407	(193.640)	324.767

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

PRINCIPAIS INCIDÊNCIAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do semestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de mEuros 11.373 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., sendo que mEuros 7.027 são referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e os restantes mEuros 4.346 a reconversões de consumo para gás natural;
- Aumento de mEuros 7.753, na empresa Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., sendo que mEuros 4.379 são referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e os restantes mEuros 3.374 a reconversões de consumo para gás natural;
- Redução de mEuros 4.760 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, dos quais mEuros 3.324 respeitam a contadores de gás e mEuros 1.436 a elementos de rede de baixa e média pressão. Estes activos tinham, em 31 de Dezembro de 2006, um valor líquido contabilístico de mEuros 60;
- Transferência da rubrica de Imobilizado em curso para activo fixo tangível do montante de mEuros 20.636, referentes à caverna subterrânea TGC-15 localizada em Carrigo e destinada a armazenagem estratégica de gás natural. Deste montante, mEuros 5.472 correspondem a "Cushion Gas", necessário para manter a pressão da caverna, e mEuros 15.164 custos referentes a construção.

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumentos no valor de mEuros 3.003 na Galp Energia Espanha respeitantes, na sua maioria, à compra de garrafas de gás no montante de mEuros 169 e a instalações de gás propano em clientes e a investimentos feitos na rede de postos de abastecimento nos montantes de mEuros 1.117 e mEuros 1.530, respectivamente;
- Custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32 e Bloco 14 nos montantes de mEuros 9.215 e mEuros 47.003, respectivamente;
- mEuros 6.025 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 12.305 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto;
- mEuros 4.481 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas;
- No decurso do primeiro semestre de 2007 foram abatidos bens de natureza tangível e intangível nos montantes líquidos de mEuros 2.906 e mEuros 68, respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 30 de Junho de 2007, é composta como segue:

	ACTIVO BRUTO	SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	ACTIVO DEDUZIDO DE SUBSÍDIOS
Pesquisa de petróleo nos blocos 32, 33, A-IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	96.306	-	96.306
Pesquisa e exploração de petróleo nas bacias de Potiguar, Sergipe/Alagoas, Espírito Santo e Santos - Brasil	54.790	-	54.790
Construção de infra-estruturas de redes e reconversões de gás natural	30.606	907	29.699
Renovação e expansão da rede de postos de abastecimento	28.648	-	28.648
Central Cogeração em Sines	16.647	-	16.647
Investimentos industriais afectos às refinarias	11.334	-	11.334
Leixões - Tubagens na Refinaria do Porto	8.505	-	8.505
Construção de infra-estruturas para Armazenagem estratégica	6.103	1.531	4.572
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto e Sines	2.973	-	2.973
Sistema de protecção contra incêndio - Refinaria do Porto	2.415	-	2.415
Equipamento industrial - Refinaria do Porto	1.990	-	1.990
Aumento capacidade bacias tempestade - Refinaria do Porto	1.915	-	1.915
Construção de infra-estruturas de redes e reconversões de gás natural - UAG's	1.816	233	1.583
Monobóia - Instalação e peças de reserva	1.127	-	1.127
Projecto de aditivação	1.100	-	1.100
Remodelação armazenagem/expedição betumes - Refinaria de Sines	910	-	910
Outros projectos	44.605	220	44.385
	311.790	2.891	308.899

12. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

PROGRAMA	GDP	PETROGAL	OUTROS	2007	2006
Programa Energia					
Valor recebido	116.469	-	-	116.469	116.236
Por receber	-	-	-	-	201
	116.469	-	-	116.469	116.437
Interreg II					
Valor recebido	19.275	-	-	19.275	19.275
Por receber	-	-	-	-	-
	19.275	-	-	19.275	19.275
Protede					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	19.708	-	-	19.708	19.708
Programa Operacional Economia					
Valor recebido	200.983	-	300	201.283	194.941
Por receber	169	-	-	169	1.861
	201.152	-	300	201.452	196.802
Dessulfuração de Sines					
Valor recebido	-	13.203	-	13.203	13.203
Por receber	-	26.310	-	26.310	26.310
	-	39.513	-	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto					
Valor recebido	-	11.797	-	11.797	11.797
Por receber	-	23.510	-	23.510	23.510
	-	35.307	-	35.307	35.307
Outros					
Valor recebido	-	11.891	-	11.891	11.891
Por receber	-	-	-	-	-
	-	11.891	-	11.891	11.891
Total	356.604	86.711	300	443.615	438.933

No primeiro semestre de 2007 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 6.575.

Do montante de mEuros 49.989 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber, mEuros 49.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português por investimentos realizados nas unidades de dessulfuração nas refinarias de Sines e do Porto já recebidos em Julho de 2007 (Nota 13 e 28) e mEuros 169 relativos a programas de incentivos a expansão da rede de gás natural.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

RÚBRICAS	JUNHO 2007		DEZEMBRO 2006	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	148	-	220	-
IVA - Reembolsos solicitados	7.995	-	15.722	-
Segurança social	228	-	188	-
ISP	144	-	102	-
Outros	141	-	157	-
Empréstimos a empresas associadas, participadas e relacionadas	-	56.116	-	55.927
Outras operações - empresas associadas, relacionadas e participadas	1.609	-	1.243	-
Outros devedores - empresas associadas, relacionadas e participadas	4.262	-	1.940	807
Estado Português (Nota 12.)	49.820	-	49.820	-
Subsídios a receber (Nota 12.)	169	-	2.062	-
Operações de <i>Trading</i> de Gás Natural	-	-	22.496	-
Grupo EDP - Electricidade de Portugal	29	-	29	-
Meios de pagamento	10.882	-	9.609	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	7.196	12.866	6.602	13.080
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	22.598	-	11.930	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do Bloco 14	4.227	-	4.531	-
Adiantamentos a fornecedores	4.857	-	2.892	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	18.261	-	19.241	-
Pessoal	2.044	-	2.028	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	1.648	-	8.676	-
Saldos devedores de fornecedores	165	-	1.260	-
IVA - Regularizações suportado no exterior	1.226	-	1.731	-
Empréstimos a clientes	588	2.820	541	2.819
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	3.372	-	3.872
Outros	24.766	1.558	26.245	830
	163.002	76.731	189.265	77.335
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	106.842	-	58.815	-
Juros a receber	9.077	-	7.833	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	5.104	-	3.775	-
<i>Rappel</i> a receber sobre compras efectuadas	1.313	-	1.992	-
Outros acréscimos de proveitos	7.976	-	10.536	-
	130.312	-	82.951	-
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	39.237	-	39.624	-
Benefícios de reforma	-	27.152	4	28.998
Juros e outros encargos financeiros	2.130	28	1.967	33
Custos com catalizadores	2.851	-	3.063	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	259	-	341	-
Seguros pagos antecipadamente	10.563	-	2	-
Outros custos diferidos	7.600	345	6.033	390
	62.640	27.525	51.034	29.421
Imparidade de outras contas a receber	(4.578)	-	(4.548)	-
	351.376	104.256	318.702	106.757

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2007 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIA/ REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Imparidade de contas a receber	4.548	151	(97)	(10)	(14)	4.578
	4.548	151	(97)	(10)	(14)	4.578

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 54 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6.).

Os empréstimos não correntes a empresas associadas respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 17.700 e mEuros 12.349, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2007 ascenderam a mEuros 715, sendo mEuros 294 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 421 relativos ao Gasoduto Al Andaluz;
- GDP Distribuição, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 7.166 e mEuros 2.655 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2007 ascenderam a mEuros 342 dos quais mEuros 246 relativos à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 96 relativos à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.;
- Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.446. Os juros relativos ao empréstimo acima referido ascenderam no primeiro semestre de 2007 a mEuros 84;
- Galp Power, SGPS, S.A. à Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. no montante de mEuros 13.007. Os juros relativos ao empréstimo acima referido ascenderam no primeiro semestre de 2007 a mEuros 273.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 1.609 registado no activo relativo a empresas associadas - outras operações refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.

O montante de mEuros 4.262 registado no activo relativo a empresas associadas - outros devedores refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.

No âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrolgal" datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrolgal em 30 de Junho de 2007 tem ainda direito a receber mEuros 49.820 do Ministério da Economia. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrolgal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber foi registada como dedução ao valor do Imobilizado. Em Julho de 2007 a Empresa recebeu este montante (Notas 12. e 28.).

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 10.882 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2007 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 7.196 no activo corrente e o montante de mEuros 12.866 no activo não corrente correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações, celebrados em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontram-se a ser recebidos em prestações iguais anuais e sucessivas no montante de mEuros 5.903 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proventos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização encontram-se diferidos

na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019. O saldo dos proventos diferidos, em 30 de Junho de 2007, por reconhecer em exercícios futuros é de mEuros 58.012 (Nota 20.).

O aumento significativo na rubrica de Adiantamento a fornecedores de imobilizado corresponde essencialmente aos montantes pagos ao operador Cabinda Gulf Oil Company, Ltd., para a exploração e produção do Bloco 14.

O empréstimo à Sonangol no montante de mEuros 4.227 é baseado no acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a *Joint Venture* do Bloco 14. Este empréstimo não é amortizado desde o *first oil* do Kuito, em que o mesmo foi amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol. A totalidade da dívida irá ser amortizada no decorrer do segundo semestre de 2007.

O montante de mEuros 18.261 na rubrica de outros devedores - ISP refere-se ao montante a receber pela Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

A rubrica de outros devedores - fundo de pensões - recuperação de desembolsos no montante de mEuros 1.648 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados e pagos directamente pelo Grupo aos seus reformados em Junho e ainda não reembolsados pelo Fundo de Pensões.

A rubrica de acréscimos de proventos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte. O aumento significativo nesta rubrica deve-se essencialmente ao diferimento da facturação nos últimos meses do primeiro semestre de 2007 devido à entrada em funcionamento do novo sistema de facturação do gás natural, para algumas empresas distribuidoras.

Do montante de mEuros 9.077 registado na rubrica de acréscimos de proventos - juros a receber, o montante de mEuros 5.439 corresponde a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar à E3G - Telecomunicações, S.A..

A rubrica de acréscimos de proventos - venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos, no montante de mEuros 5.104, diz respeito a consumos efectuados no primeiro semestre de 2007 através do cartão Galp Frota e apenas facturados no segundo semestre de 2007.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço no montante de mEuros 39.237 são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

O montante de mEuros 10.563 registado na rubrica de seguros pagos antecipadamente refere-se aos seguros anuais liquidados no primeiro semestre de 2007 cujo reconhecimento do custo será registado no segundo semestre de 2007.

14. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, apresentava o seguinte detalhe:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006
Clientes conta corrente	990.940	939.331
Clientes de cobrança duvidosa	76.701	73.503
Clientes - títulos a receber	4.586	7.410
	1.072.227	1.020.244
Imparidades de contas a receber	(64.465)	(59.965)
	1.007.762	960.279

No quadro seguinte apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2007 da rubrica de Imparidades de contas a receber de clientes:

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS/ REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Imparidade de contas a receber	59.965	11.496	(6.650)	(1.078)	732	64.465
	59.965	11.496	(6.650)	(1.078)	732	64.465

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 4.846 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6.).

15. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	312.456	194.568
Outras matérias-primas e materiais diversos	45.738	32.913
Matérias-primas em trânsito	218	83.662
	358.412	311.143
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9.653)	(5.372)
	348.759	305.771
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	365.728	328.127
ISP - Imposto s/ Prod. Petrolíferos	18.185	17.855
Produtos intermédios	197.211	164.420
Produtos acabados em trânsito	-	55
	581.124	510.457
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	(8)	(8)
	581.116	510.449
Produtos e trabalhos em curso	233	143
Mercadorias	257.069	244.217
ISP - Imposto s/ Prod. Petrolíferos	4.297	5.460
Mercadorias em trânsito	312	497
	261.678	250.174
Ajustamentos de mercadorias	(1.404)	(1.398)
	260.274	248.776
Adiantamento por conta de compras	124	125
	1.190.506	1.065.264

Em 30 de Junho de 2007, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 261.768, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 58.806 e a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.L.U. no montante de mEuros 181.512.

Em 30 de Junho de 2007, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 290.359 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 20.).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading, Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada, e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2007, 31 de Dezembro de 2006 e 30 de Junho de 2006 a rubrica de outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006	JUNHO 2006
Commodities	10.602	6.874	14.851
Financeiros	443	269	-
Instrumentos financeiros (Nota 22.)	11.045	7.143	14.851
Acções em empresas Participadas	11	11	4.558
Outros títulos negociáveis	1.712	904	-
Depósitos a prazo	1.757	1.793	-
Outras aplicações de tesouraria	1.289	4.172	6.742
Outros investimentos correntes (Nota 17.)	4.769	6.880	11.300
	15.814	14.023	26.151

Em 30 de Junho de 2007, 31 de Dezembro de 2006 e 30 de Junho de 2006 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 22.).

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2007, 31 de Dezembro de 2006 e 30 de Junho de 2006 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006	JUNHO 2006
Numerário	16.166	6.435	12.806
Depósitos à ordem	129.662	83.537	143.188
Depósitos a prazo	6.774	11.133	13.657
Outros títulos negociáveis	7.662	-	510
Outras aplicações de tesouraria	21.408	111.363	105.435
Caixa e seus equivalentes no balanço	181.672	212.468	275.596
Outros investimentos correntes (Nota 16.)	4.769	6.880	11.300
Descobertos bancários (Nota 19.)	(255.760)	(218.526)	(104.046)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(69.319)	822	182.850

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria e a rubrica de Outros títulos negociáveis incluem diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do Grupo:

Outras aplicações de tesouraria:	
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	8.600
Petrogal Brasil, Lda.	3.232
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor	3.300
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	3.596
Powercer - Sociedade da Cogeração da Vialonga, S.A.	1.700
Galp Gás Natural, S.A.	978
Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A.	2
	21.408
Outros títulos negociáveis:	
Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A. (Nota 22.)	2.137
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	5.525
	7.662

18. CAPITAL SOCIAL

A estrutura do capital social sofreu a seguinte alteração durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 relativamente a 31 de Dezembro de 2006:

- No decurso de 2007 o Estado procedeu à alienação à Parpública, SGPS, S.A. de 40.000.000 de acções de tipo A e 1.494.501 acções de tipo B, representativas de 5,0% do capital da Galp Energia, SGPS, S.A.. Após esta aquisição a Parpública passa a deter 58.079.514 acções da Galp Energia, SGPS, S.A., representativas de 7,0% dos direitos de voto, deixando o Estado Português, a partir dessa data, de ser accionista directo da Sociedade. As acções de tipo A garantem ainda os direitos especiais consagrados no art. 4.º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A.

Em consequência das situações referidas anteriormente, o capital da Empresa em 30 de Junho de 2007 encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

RÚBRICAS	N.º ACÇÕES	VALOR NOMINAL	% CAPITAL
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	1 Euro	33,34%
ENI, S.p.A.	276.472.160	1 Euro	33,34%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	1 Euro	7,00%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	1 Euro	4,00%
Banco BPI, S.A.	17.150.010	1 Euro	2,07%
CXG Corporación Caixa Galicia, S.A.U.	16.585.012	1 Euro	2,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1 Euro	1,00%
Restantes accionistas	143.029.243	1 Euro	17,25%
	829.250.635		100,00%

19. EMPRÉSTIMOS

DETALHE DOS EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	JUNHO 2007		DEZEMBRO 2006	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	279.793	91.358	284.574	90.064
Empréstimos externos	60.445	181.202	59.682	195.721
Descobertos bancários (Nota 17.)	255.760	-	218.526	-
Desconto de letras	2.464	-	1.716	-
	598.462	272.560	564.498	285.785
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1.544	1.356	1.583	2.149
	600.006	273.916	566.081	287.934
<i>Project Finance Fees</i>	-	(779)	-	(845)
	600.006	273.137	566.081	287.089
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1997 - GDP, SGPS, S.A.	-	-	20.435	-
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	15.772	-	15.772
Emissão de 2003 - Galp <i>Investment Fund</i>	-	210.000	-	210.000
	-	225.772	20.435	225.772
	600.006	498.909	586.516	512.861

Os empréstimos não correntes, em 30 de Junho de 2007, apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2008	230.959
2009	38.075
2010	37.609
2011	26.054
2012 e seguintes	166.991
	499.688

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EMPRÉSTIMOS

Seguidamente apresenta-se uma descrição sucinta dos principais empréstimos considerados nas rubricas apresentadas nos quadros anteriores:

> Empréstimos bancários

Os principais empréstimos bancários, excluindo descobertos bancários, caracterizam-se em 30 de Junho de 2007 como segue:

EMPRESAS	MONTANTE GLOBAL	DIVISA	INÍCIO	TERMO	MONTANTE EM DÍVIDA
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	27.000	EUR	27.12.2005	15.12.2020	20.900
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	1.640	EUR	29.12.2005	29.12.2007	1.640
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	17.779	EUR	20.09.2003	20.09.2012	12.665
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	5.175	EUR	22.11.2004	20.11.2013	4.502
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	80.000	EUR	15.02.2002	15.06.2020	80.000
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	54.868	EUR	28.10.1995	15.03.2020	41.247
Galp Energia, SGPS, S.A.	92.909	USD	16.06.2004	06.12.2007	11.466
Galp Energia, SGPS, S.A.	39.000	EUR	21.12.2006	15.09.2021	39.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	25.000	EUR	29.06.2007	27.09.2007	25.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	20.000	EUR	27.06.2007	17.09.2007	20.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	30.000	EUR	19.06.2007	17.09.2007	30.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	50.000	EUR	21.06.2007	19.07.2007	50.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	50.000	EUR	19.06.2007	19.07.2007	50.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	50.000	EUR	19.06.2007	19.07.2007	50.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	50.000	EUR	27.06.2007	27.07.2007	50.000
Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A.	66.941	EUR	16.03.1993	15.12.2007	4.957
Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A.	10.323	USD	14.06.2004	06.12.2007	1.274
Galp Energia España, S.L.U.	10.000	EUR	08.06.2007	07.08.2007	10.000
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	89.783	EUR	02.12.1996	15.09.2008	10.290
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	10.000	EUR	15.12.2006	15.06.2014	4.335
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	58.000	EUR	20.7.2005	15.12.2023	55.000
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	150	EUR	2006	2007	125
Petrolgal Angola, Lda.	700	USD	31.12.2006	31.12.2011	493
Galp Gás Natural, S.A. (*)	80.983	EUR	15.12.1994	15.03.2011	38.083
Petrolgal Moçambique, Lda.	2.320	USD	31.10.2003	31.10.2013	1.387
Petromar - Soc. Abastecimentos Petrolíferos, Lda.	229.585	CFA	2006	2007	310
Outros empréstimos					2.588
					615.262

(*) Ex-Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.

Os financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 141.111, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrolgal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do Grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 599.410.

> Empréstimos obrigacionistas

i) Emissão de 1997 - GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.

Em 25 de Junho de 1997 a GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada. Esta emissão encontra-se integralmente reembolsada.

O reembolso do empréstimo foi efectuado ao valor nominal, uma parte no valor de mEuros 29.445 em 2006 e o restante no primeiro semestre de 2007, correspondente ao final do prazo de emissão.

Este empréstimo vencia juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa "Euribor a 6 meses", adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

ii) Emissão de 1998 - Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22.º, 24.º, 26.º, 28.º e 30.º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (*Call Option*), a partir da data de vencimento do 10.º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 22.º, 24.º, 26.º e 28.º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia, SGPS, S.A., a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que em 30 de Junho de 2007 o montante total da emissão obrigacionista é de mEuros 15.772.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa "Euribor a 6 meses", em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MONTANTE	%
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,10
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	500	1,00
	49.880	100,00

iii) Emissão 2003 - Galp *Investment Fund*

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp *Investment Fund*, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 5.308 (Nota 8.).

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

	JUNHO 2007		DEZEMBRO 2006	
	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	186.126	-	177.205	-
IVA a pagar	159.071	-	140.393	-
Outras tributações	6.417	-	6.316	-
Segurança social	6.546	-	4.089	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	5.063	-	4.055	-
Outros	-	14	-	12
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 15.)	290.359	-	252.862	-
Fornecedores de imobilizado	67.707	621	69.129	684
<i>Overlifting</i> - parceiros dos Blocos 1 e 14	10.191	-	26.602	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	14.840	-	14.460	-
Adiantamentos de Clientes	9.536	-	8.390	-
Saldos credores de clientes	657	-	1.631	-
Pessoal	2.688	-	1.177	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	6.685	84	7.259
Outros credores	23.602	4.404	26.583	4.295
	782.803	11.724	732.976	12.250
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	18.441	-	25.996	-
Fornecimentos e serviços externos	44.186	-	17.818	-
Prémios de Produtividade	8.123	-	15.099	-
Descontos, Bónus e <i>Rappel</i> Relacionados com Vendas	8.722	-	6.819	-
Brindes Fastgalp	6.163	-	6.799	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	257	-	3.070	-
Custos e perdas financeiros	2.036	-	2.152	-
Juros a liquidar	2.940	-	1.296	-
Prémios de Seguro a liquidar	1.079	-	-	-
Outros acréscimos de custos	15.894	-	14.148	-
Proveitos diferidos:				
Direitos de passagem - Fibra óptica (Nota 13.)	3.908	54.104	4.751	58.166
Prestação de Serviços	15.071	-	358	-
Outros	6.078	2.579	12.172	182
	132.898	56.683	110.478	58.348
	915.701	68.407	843.454	70.598

O montante de mEuros 10.191 registado na rubrica de outras contas a pagar - *overlifting* - parceiros dos blocos 1 e 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizado ao preço de mercado.

O montante de mEuros 14.840, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 12.998 referentes à responsabilidade da Petrogal no decorrer do primeiro semestre de 2007, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, as quais foram registadas ao valor de aquisição, o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante mEuros 6.685 registado na rubrica empréstimos não correntes a empresas associadas participadas e relacionadas detalha-se conforme segue:

- mEuros 2.902 respeitam a suprimentos a pagar à Eni, S.p.A. pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- mEuros 835, mEuros 835 e mEuros 417 respeitam a suprimentos a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda. e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A. pela subsidiária CLCM - Companhia Logística de Combustíveis de Madeira, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;

mEuros 1.253 respeitam a suprimentos a pagar à Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;

mEuros 443 respeitam a suprimentos a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

Os montantes registados em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de acréscimo de custos - fornecimentos e serviços externos corresponde à especialização naqueles exercícios de diversos custos para os quais, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o Grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

O montante de mEuros 6.163 registado na rubrica de acréscimos de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos em Junho de 2007, referente ao cartão Fast Galp, e em que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Junho de 2007, por reconhecer em exercícios futuros, ascende a mEuros 58.012.

21. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

RÚBRICAS	JUNHO 2007	DEZEMBRO 2006
Processos judiciais	21.210	21.589
Investimentos financeiros	6.469	5.332
Impostos	14.455	14.030
Meio ambiente	10.888	11.034
Outros riscos e encargos	31.520	30.658
	84.542	82.643

> Processos judiciais

O montante de mEuros 21.210 registado em 30 de Junho de 2007 na rubrica de processos judiciais em curso inclui o montante de mEuros 10.019 (Nota 25.) relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do grupo GDP e mEuros 4.397 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação de subsolo do grupo Petrogal.

> Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue:

Central E, S.A.	2.646
Sonangal - Soc. Distrb. e Com. Combustíveis, Lda.	3.823
	6.469

O aumento de mEuros 441 nesta provisão encontra-se registado na rubrica de resultados relativos a participações financeiras.

> Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 14.455 inclui essencialmente: (i) mEuros 3.251 referentes a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 1998 a 2006 e reforço de 2007 no montante de mEuros 14 relativo à actividade de transporte de gás natural entretanto transferida para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. no decurso de 2006, mas cujas responsabilidades pelo seu pagamento ainda cabem à Galp Gás Natural, S.A. Contudo, até esta data, não foi ainda fixado pelas autoridades competentes o montante a pagar de IMI; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A., objecto de liquidação adicional pelas autoridades fiscais; (iii) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionado com uma correcção à matéria colectável da Subsidiária Petrogal, S.A., relativo aos exercícios de 2001 e 2002.

> Meio Ambiente

O montante mEuros 10.888, registado na rubrica de provisões para meio ambiente, é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

> Outros riscos e encargos

Em 30 de Junho de 2007, o saldo da rubrica provisões - outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 31.520 refere-se essencialmente a:

- mEuros 9.253 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação da estimativa dos custos totais de abandono ao coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período;
- mEuros 5.625 para fazer face a liquidações adicionais de IRP em Angola;
- mEuros 6.563 para fazer face a coimas no âmbito do direito da concorrência na UE;
- mEuros 2.612 para fazer um processo de reclamação de serviços de *flushing* da linha do Terminal Oceânico de Leixões;
- mEuros 1.727 referem-se a constituição de provisão para fazer face ao processo de reclamação efectuada pela EDP no âmbito das reservas de segurança;
- mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões;
- mEuros 1.000 para fazer face a divergências relativas a prémios de seguro para transporte de crude e produtos acabados;
- mEuros 660 para fazer face a custos com o levantamento de postos do retalho;
- mEuros 495 para fazer face a custos com descargas de efluentes da refinaria de Sines.

22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos *cashflows* futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos *cashflows* futuros esperados da sua actividade.

A diminuição verificada no justo valor reflectido no Activo e Passivo e em consequência da variação do justo valor no Capital Próprio no semestre findo em 30 de Junho de 2007, no montante de mEuros 1.129, refere-se essencialmente a derivados financeiros de taxa de juro de cobertura de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante de mEuros 1.232 deduzido dos respectivos Interesses minoritários no montante de mEuros 223 e adicionado de mEuros 326 referente à variação de justo valor de empresas associadas.

O valor referente ao movimento do justo valor reflectido no Capital Próprio para o exercício findo em 30 de Junho de 2006 ascendeu a mEuros 3.434, sendo mEuros 3.459 de justo valor reflectido atribuível a accionistas diminuído de mEuros 25 de Interesses minoritários.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, durante o 1º semestre de 2007 e 2006, apresentam as seguintes evoluções:

DERIVADOS SOBRE TAXA DE JURO	ACTIVO		PASSIVO	
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	52	32	(5.458)	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	1.883	65	1.313	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	908	(97)	2.623	-
Justo valor em 30 de Junho de 2006	2.843	-	(1.522)	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	1.121	269	(252)	(665)
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	152	64	577
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	893	22	188	26
Justo valor em 30 de Junho de 2007 (Nota 16.)	2.014	443	0	(62)

Dado que o grupo Galp Energia considera que a flutuação de ganhos e perdas de determinados derivados financeiros efectuados com fins de protecção da Margem de refinação devam ser classificados como parte integrante da Margem Bruta (na rubrica de Custo das Vendas), foi alterada a classificação contabilística, até à data adoptada como Resultados financeiros. O grupo Galp Energia considera que a alteração da classificação contabilística reflecte melhor a representação da natureza contabilística desses derivados financeiros. Embora esses derivados financeiros tenham sido reclassificados para a rubrica de Custo das Vendas, continuam a ser contabilizados como *Macrohedging* conforme preconizado no normativo IAS 39.

O impacto contabilístico a 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006 na rubrica do Custo das Vendas pode ser visualizado no quadro seguinte:

DERIVADOS SOBRE <i>COMMODITIES</i>	ACTIVO	PASSIVO
	CORRENTE	CORRENTE
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	2.145	(1.864)
Aquisições durante o ano	4.723	-
Alienações durante o ano	(4.384)	2.213
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	4.384	(2.213)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	7.983	(18.466)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2006	14.851	(20.330)
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	6.874	(2.260)
Aquisições durante o ano	2.747	-
Alienações durante o ano	1.171	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	(1.171)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	981	(5.192)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2007 (Nota 16.)	10.602	(7.452)

O grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre *Commodities*. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Disponibilidades. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre *Commodities*, que anteriormente eram classificados como Outros resultados operacionais foram igualmente reclassificados para a rubrica do Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

FUTUROS SOBRE <i>COMMODITIES</i>	ACTIVO	PASSIVO
	CORRENTE	CORRENTE
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	1.223	-
Aquisições durante o ano	22.930	-
Alienações durante o ano	(23.456)	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	187	-
Justo valor em 30 de Junho de 2006	510	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	904	-
Aquisições durante o ano	12.137	-
Alienações durante o ano	(10.226)	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	(678)	-
Justo valor em 30 de Junho de 2007 (Nota 17.)	2.137	-

Os instrumentos financeiros a 30 de Junho de 2007 apresentam as seguintes características:

TIPO DE DERIVADO DE TAXA DE JURO	TAXA DE JURO	VALOR NOMINAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR DE DERIVADOS EM mEUROS
Activo				
Cobertura de Fluxo de Caixa				
<i>Caps</i>	Paga entre <i>Cap</i> de 3,25% e 4% Recebe entre Euribor 3m e Euribor 6m	mEUR 49.610	2008 e 2010	852
<i>Swap com cap com Knock out</i>	Paga Euribor 12m com <i>Cap</i> 3,49% com <i>knock-out</i> 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 6.906	2010	101
<i>Swaps de taxa de juro</i>	Paga entre 3,17% e 3,89% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 46.528	2008 a 2011	1.044
<i>Swaps de Taxa de Juro</i>	Paga entre 4,07% e 6,24% Recebe Euribor 6m	mEUR 28.602	2008 a 2013	38
Outros Derivados Financeiros				
<i>Swaps de taxa de juro</i>	Paga entre 3,37% e 3,94% Recebe Euribor 3m	mEUR 40.000	2008 a 2009	422
				2.457
Passivo				
Cobertura de Fluxo de Caixa				
<i>Caps</i>	Paga 4% Recebe entre Euribor 6m	mEUR 15.000	2008	(11)
Outros Derivados Financeiros				
<i>Caps</i>	Paga 4% Recebe Euribor 3m	mEUR 80.000	2008	(51)
				(62)

TIPO DE DERIVADO SOBRE COMMODITIES	CARACTERÍSTICAS	MATURIDADE	JUSTO VALOR DE DERIVADOS EM mEUROS
Activo			
<i>Opções</i>	Margem de Refinação	2007	6.995
<i>Swaps</i>	Margem de Refinação	2007	3.607
			10.602
Passivo			
<i>Opções</i>	Margem de Refinação	2007	(4.919)
<i>Swaps</i>	Margem de Refinação	2007	(2.533)
			(7.452)
Total de Activos			13.059
Não Correntes			2.014
Correntes (Nota 16.)			11.045
Total de Passivos			(7.514)
Não correntes			()
Correntes			(7.514)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

23. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido de 2006 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 252.092, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 28 de Maio de 2007. Estes dividendos foram pagos no mês de Junho de 2007.

Adicionalmente, no decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2007, foram liquidados mEuros 114 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal a minoritários.

Assim, o grupo Galp Energia pagou, no decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2007, dividendos no montante total de mEuros 252.206.

24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi de mEuros 2.295 e mEuros 2.609 respectivamente (Nota 6.), da qual mEuros 1.597 e mEuros 1.770 correspondem a remuneração base, mEuros 310 e mEuros 599 a gratificações/prémios, mEuros 245 e mEuros 146 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 142 e mEuros 94 a outros benefícios, respectivamente.

As remunerações pagas aos Administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.p.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola, S.A. estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006 ascendem a mEuros 779 e mEuros 385, respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do grupo Galp Energia.

25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

> Responsabilidades contingentes

Em 30 de Junho de 2007 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Drifal envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da empresa, suportado por opinião de advogado, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à GDL no total de mEuros 15.026, do qual mEuros 1.891 de 1994/95, mEuros 1.016 de 1996, mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 de 2001, mEuros 1.189 de 2002, mEuros 1.238 de 2003, mEuros 1.288 de 2004 e mEuros 1.319 de 2005, e mEuros 1.347 de 2006 e mEuros 1.387 de 2007, respeitantes à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo;
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige pagamentos à GDL no montante total de mEuros 707, do qual mEuros 104 de 1994/95, mEuros 70 de 2002, mEuros 77 de 2003 e mEuros 216 de 2005 e mEuros 240 de 2006, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige o pagamento à GDL no montante total de mEuros 82, do qual mEuros 23 de 1998 e mEuros 26 de 2001 e mEuros 33 de 2006, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo nos respectivos anos;
- v) A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos à GDL no total de mEuros 4.276, do qual mEuros 11 de 1998, mEuros 47 de 1999, mEuros 275 de 2000, mEuros 417 de 2001, mEuros 469 de 2002, mEuros 490 de 2003, mEuros 545 de 2004, mEuros 614 de 2005 e mEuros 708 de 2006 e mEuros 700 de 2007, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- vi) A Câmara Municipal de Cascais exige o pagamento à GDL no total de mEuros 927, do qual mEuros 403, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo de 2001, e mEuros 524 referentes a taxas de ocupação do subsolo de 2006;
- vii) A Câmara Municipal da Amadora exige pagamentos de mEuros 6.994 respeitantes às taxas de subsolo de 2006.

A LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração da GDL considera que, decorrente destes processos, a GDL apenas poderá incorrer em encargos até ao montante máximo de mEuros 10.019, não por mérito da questão mas por questões de índole processual, os quais se encontram provisionados (Nota 21.);

viii) A Câmara Municipal da Covilhã exige à Beiragás o pagamento de mEuros 113 relacionado com um processo judicial em curso e que respeita à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo.

A Administração da Beiragás entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa;

ix) A Câmara Municipal da Mealhada exige à Lusitaniagás o pagamento de mEuros 8 de 2006 e mEuros 214 de 2007, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.

A Administração da Lusitaniagás entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa.

De acordo com a lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, os Municípios podem solicitar, a partir de 1 de Janeiro de 2007, o pagamento de taxas de subsolo fixadas de acordo com o princípio da proporcionalidade e enquadradas no regulamento aprovado pelo órgão deliberativo do Município respectivo.

A administração do Grupo entende que estes custos devem ser repercutidos na tarifa do gás natural não tendo, consequentemente, reconhecido qualquer responsabilidade relativamente a taxas de subsolo fixadas no decurso do primeiro semestre de 2007.

> Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A. foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEUROS POR CADA 220.000 ACÇÕES	EDP	GRUPO GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A., Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda da participação detida na OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, S.A., GDP, SGPS, S.A. e Galp Gás Natural, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um *upside* para as empresas do grupo GDP, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais

entre a GDP, SGPS, S.A. e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

Este assunto já foi discutido com a EDP, SGPS, S.A. que manifestou posição contrária à Galp. Em tais circunstâncias, a Galp decidiu recorrer às Instâncias jurídicas com vista à obtenção de uma decisão sobre o assunto.

> Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo sub-grupo GDP e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2007 são como segue:

- mEuros 23.117 de responsabilidades cobertas pelo fundo de pensões GDP;
- mEuros 4.100 e mEuros 841 de responsabilidades com o plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida, respectivamente, por estarem dentro dos limites do “corredor” ou por corresponderem a excessos de “corredor” ainda não reconhecidos na demonstração de resultados.

Os compromissos financeiros assumidos pelo sub-grupo Petrolgal e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2007 são:

- mEuros 19.048 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 2.002 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 336.534 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrolgal;

- mEuros 34.459 e mEuros 34.596 de responsabilidades com o Plano de pensões e com cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração de resultados;

- No âmbito da legislação comunitária, a Petrolgal desenvolveu um Projecto de Reconfiguração Ambiental e Processual do Sistema de Refinação Nacional – *Auto-Oil* – com vista a cumprir, por um lado, as especificações, de combustíveis, nomeadamente gasolinas e gasóleos, e por outro adequar o desempenho ambiental das refinarias de acordo com a legislação prevista. Neste projecto foi despendido aproximadamente mEuros 147.900;

- Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrolgal decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente. No âmbito deste protocolo que estabeleceu um vasto conjunto de acções de protecção ambiental – Programa de Acções Ambientais – apenas estão por implementar as alterações processuais a executar no âmbito da adequação das refinarias às condições estabelecidas no âmbito de Diplomas Legais (PCIP, GIC’s), no período 2007/2008;

- Acresce ainda referir que a Empresa em 2006 deu continuidade ao programa de requalificação da sua rede de postos de abastecimento, garantindo a sua adequação aos requisitos legais e cumprindo o estabelecido no Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrolgal. Em 2006, este programa correspondeu a um montante de investimento total de mEuros 771, aplicados em projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado. Prevê-se que até ao final de 2007 sejam efectuadas intervenções no valor de mEuros 1300.

Face à subida das taxas de juro, no decurso do primeiro semestre de 2007, o Grupo decidiu actualizar alguns pressupostos dos estudos actuariais, nomeadamente pela actualização das taxas de desconto de 4,6% para 5%. Em consequência desta alteração verificou-se um ganho actuarial total nas responsabilidades com benefícios de reforma (plano de reforma, seguros de vida e saúde) no montante de, aproximadamente, mEuros 29.080.

Pelo mecanismo do “corredor”, estes ganhos actuariais apenas produzirão efeitos contabilísticos no exercício de 2008.

> Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2007 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 124.011 e mUSD 128.542, das quais as mais significativas são:

- i) Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa - 5.ª juízo - 1.ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos;
- ii) Garantias no montante de mEuros 21.187 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais;
- iii) Garantias no montante de mEuros 13.573 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;
- iv) Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- v) Garantias no montante de mEuros 12.379 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- vi) Garantias de fiança dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

Em 30 de Junho de 2007, existiam garantias no montante de mEuros 43.405 a favor de terceiros por conta de empresas do Grupo e associadas;

- vi) Garantia no montante de mEuros 19.952, constituída a favor do Tribunal da Comarca de Lisboa, 2.ª vara - 1.ª Secção, no âmbito do processo judicial em curso referente à reprivatização da Driftal.

	TIPO	TOTAIS DE CRÉDITOS mUSD	PARTE TRANSGÁS mUSD
BEI	Bancária	278.382	90.182
ICO	Bancária	140.000	38.360
		418.382	128.542

26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do grupo Galp Energia.

As instalações abrangidas pelo Comércio de Emissões no primeiro triénio 2005 a 2008 são a refinaria de Sines e a refinaria do Porto, ambas respeitantes à Petrogal, e as instalações de Cogeração respeitantes às empresas Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., do grupo Galp Power.

Pelo Despacho conjunto 686-E/2005 de 13 de Setembro de 2005, foi aprovada a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período 2005/2008.

Assim foram atribuídas às instalações das empresas, anualmente, as seguintes licenças:

EMPRESA	INSTALAÇÕES	LICENÇAS Ton/CO ₂ atribuídas
Petrogal	Refinaria de Sines	2.313.908
	Refinaria do Porto	951.969
	Sub-total grupo Petrogal	3.265.877
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração	139.284
	Cogeração	38.831
	Sub-total grupo Power	178.115
	Total grupo Galp Energia	3.443.992

Nos termos do Despacho n.º 19 649/2006, foi aprovada uma alteração à licença de emissão a atribuir para o período 2005-2007, do qual faz parte integrante a Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., do grupo Galp Power. Foram atribuídas adicionalmente 333 Ton/CO₂ por ano para o triénio 2005-2007.

No primeiro semestre de 2007, foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) pelas instalações supra mencionadas:

EMPRESAS	INSTALAÇÕES	GASES EMITIDOS DURANTE O 1.º SEMESTRE 2007 (a)	LICENÇAS ACUMULADAS Ton/CO ₂ EM CARTEIRA	PREVISÃO ANUAL DE EMISSÃO DE GASES 2007
Petrogal	Refinaria de Sines	1.156.954	2.761.813	2.313.908
	Refinaria do Porto	475.984	1.008.408	951.969
	Sub-total grupo Petrogal	1.632.938	3.770.221	3.265.877
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração	60.112	182.302	119.412
	Cogeração	22.216	35.128	42.643
	Sub-total grupo Galp Power	82.328	217.430	162.055
	Total grupo Galp Energia	1.715.266	3.987.651	3.427.932

(a) Valores pro-forma de Gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

O grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas,

caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, e apenas no caso das instalações da Powercer, as licenças atribuídas revelam-se inferiores ao volume de gases emitidos estimados para o ano, por um montante considerado não significativo e que pudesse vir a ter efeito nas demonstrações financeiras. Em 30 de Junho de 2007, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

27. UNBUNDLING

Em 6 de Julho de 2007, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. enviou à Galp uma carta contendo três cheques no montante de global de mEuros 24.026, dos quais mEuros 23.335 seriam para pagamento de acerto do preço de venda dos Activos do Gás Natural Regulados efectuado a coberto do contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 30 de Agosto de 2006 e mEuros 691 relativos a juros fixados, nos termos dos n.ºs 9 a 11 da cláusula 6.ª do mesmo contrato de promessa, na sequência das avaliações apresentadas no passado mês de Junho.

Em resposta, através das suas cartas de 26 de Junho 2007 e de 16 de Julho 2007, a Galp Energia manifestou o seu desacordo quanto às avaliações efectuadas.

Além do mais estão em negociação um conjunto de temas relacionados com o referido acerto de preço, tornando incerto o valor final da operação entre a Galp Energia e a REN.

Estão em aberto a aplicação retroactiva da tarifa, a dívida líquida da REN Gasodutos à Galp, vencimentos e prémios de pessoal, questões fiscais, acerto de activos diversos, regularização de subsídios, entre outros.

Face à incerteza ainda existente à presente data, a Galp Energia não pode aceitar reconhecer como parte do preço de venda dos Activos de Gás Natural Regulados o montante de mEuros 24 026 correspondente ao valor dos cheques recebidos.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Julho de 2007, o Estado pagou à Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. o montante de mEuros 49.820 (Nota 12.) referente ao valor em dívida no âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal" datado de 21 de Dezembro de 1998. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo.

No âmbito do processo de reestruturação do Grupo foi deliberado em Conselho de Administração da Galp Energia a 23 Julho de 2007 liquidar a empresa DRIFTAL - Plastificantes de Portugal, S.A.

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

Dr. Francisco Luis Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Giancarlo Rossi

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Taraborrelli

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

9.3. RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA (Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa") incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 5.446.253 mEuros e capitais próprios de 2.186.331 mEuros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa de 401.014 mEuros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, das alterações no capital próprio e dos seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 referida no parágrafo 1 acima da Galp Energia, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 19 de Setembro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

EDIÇÃO
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.
Relações com Investidores e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Telefone: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965

DESIGN E CONCEPÇÃO
STRATDESIGN ➤

